

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2014

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- Secretário:** - *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 4.ª Sessão  
26 de setembro** - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras Presenças:**
- *António José Pires Almor Branco*
  - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Manuel Correia de Morais*

### Verificação de Presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 39 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 52 membros no decorrer da sessão.

### Registo de Faltas e respetiva justificação pela Mesa.

*Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos, Rita Bárbara Pires Messias, Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto, Carlos Alberto Miranda Monteiro, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Sílvio António Santos, José António Ferreira, Edgar Alberto Pires, José dos Santos Sousa, José Mário Pinheiro Mesquita, António Rui Alves Fernandes, Fernando dos Reis Mesquita, Miguel Pilão Belchior Fontoura da Cunha e António André Batista Geraldo.*

### Apresentaram justificação de Faltas:

- *Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Rita Bárbara Pires Messias:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Carlos Alberto Miranda Monteiro:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Fernando Manuel Gomes Alves:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Marisa de Fátima Seixas Aranda:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Sílvio António Santos:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *José António Ferreira:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Edgar Alberto Pires:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *José dos Santos Sousa:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *José Mário Pinheiro Mesquita:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *António Rui Alves Fernandes:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Fernando dos Reis Mesquita:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *Miguel Pilão Belchior Fontoura da Cunha:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.
- *António André Batista Geraldo:* Sessão de 12 de dezembro de 2014.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal, por unanimidade, justificou as faltas mencionadas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

A Mesa vai dar início a esta sessão, cumprimentando o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados da Assembleia, os Senhores. Municípes e a Comunicação Social.



----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro** disse:

Bom dia a todos e espero que tenhamos um bom dia de trabalho.

É para informar da correspondência que foi recebida e expedida após a data convocatória e também das substituições solicitadas e operadas.

Relativamente à correspondência recebida:

Recebemos cartas dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mascarenhas, de Alvites e de Fradizela a comunicar que não podem estar presentes nesta Assembleia.

As Senhoras Deputadas Municipais *Rita Messias e Marisa de Fátima Seixas Aranda* comunicaram também que não podem estar presentes e pedem para ser substituídas.

Do Senhor Deputado Municipal *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa*, recebemos um e-mail a informar que a Senhora Deputada *Fernanda Conceição Ferreira* será substituída na Comissão Alargada da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Mirandela, pela Senhora Deputada Municipal *Maria Manuela Gândara Gonçalves*.

Do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, recebemos um e-mail a convidar o Senhor O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para um jantar autárquico, no dia 19 às 20.30 h. a realizar pelas Juntas de Freguesia do Concelho.

Correspondência expedida:

Foi enviado um ofício ao Senhor Presidente da CPCJ de Mirandela, Dr. *Rui Magalhães*, a comunicar a informação prestada pelo responsável do Grupo Municipal do CDS/PP, que a Senhora Deputada *Fernanda Conceição Ferreira* será substituída na Comissão Alargada da CPCJ de Mirandela, pela Senhora Deputada Municipal *Maria Manuela Gândara Gonçalves*.

Relativamente às substituições solicitadas e operadas foram as seguintes:

- *Senhora Lina Maria Gomes*, Secretária da Junta de Freguesia de Mascarenhas, substituiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, *José Mário Pinheiro Mesquita*.

- *A Senhora Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo*, substituiu a Senhora Deputada *Alzira Augusta Ferreira Costa Ramos*.

- O Senhor *Armindo José Esteves*, Secretário da Junta de Freguesia de Alvites, substituiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, *Edgar Alberto Pires*.

- *A Senhora Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão*, Secretária da Junta de Freguesia de Fradizela, substituiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, *José dos Santos Sousa*.

- *A Senhora Vera Cristina Quintela Pires Preto*, substituiu a Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias*.

- O Senhor *Fernando Paulo dos Santos Costa*, substituiu a Senhora Deputada, *Marisa de Fátima Seixas Aranda*.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Aproveito para informar, a propósito do que o Senhor Secretário disse aos Senhores Deputados, que tentei responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, a propósito do Convite, mas que não tive sucesso.

E aproveito também para informar, não obstante admitir que os Senhores Deputados tenham tido conhecimento, o que me parecia absolutamente lógico, que haverá no dia 14 (domingo), em Bragança, uma homenagem ao Poder Local.

Ora bem, como nós somos a expressão mais cimeira do Poder Local, eu não podia deixar de lhes dizer, admitindo que naturalmente terão também recebido o Convite para o efeito.

## **1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 4.ª Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2014.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Algum Senhor Deputado tem recomendações ou comentários a fazer, sobre a Ata?

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD)** disse:

É só para dizer que na minha intervenção, onde refere “O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Franco”, deve ser retificado para “Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa”.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Vamos fazer a correção.

Não havendo mais nenhum pedido de correção, passamos à votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção, aprovar a ata da 4.ª Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2014.

## **1.º Período de Intervenção do Público**



## **2 – 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Algum Senhor Município presente, quer usar da palavra?

Não registamos ninguém, então passamos ao ponto seguinte.

## **Antes da Ordem do Dia**

### **3– Período de Antes da Ordem do Dia.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Estão abertas as inscrições.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro* informou:

Estão inscritos para o Período de Antes da Ordem do Dia, os Srs. Os Senhores Deputados Municipais: *Carlos Fraga; Dinis Humberto Veiga e Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa* e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, *José Eduardo Gomes Almeida*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

A palavra ao Senhor Deputado *Carlos Fraga*.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga (Independente PS)* disse:

Muito bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor, Presidente da Câmara, Senhores. Vereadores em regime de permanência e de não permanência, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Público presente, desejando a todos, que esta sessão decorra com a elevação que é normal e que é merecida.

Eu uso este tempo e esta palavra para falar, em primeiro lugar, de duas instituições de relevância e de suma importância para o nosso município.

Refiro-me a duas Irmandades: a primeira é a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, cuja posse dos novos membros foi ontem (dia 11) e nessa sequência, deixar aqui bem expresso um voto de felicitações aos eleitos, a quem desejo o melhor trabalho para bem da instituição, da comunidade, à qual todos nós pertencemos.

Sei que foi um ato eleitoral para os órgãos sociais, onde concorreram duas listas e sei do empenho e da mobilização que houve por parte dos irmãos, em participarem nesse ato eleitoral.

Isto só vem demonstrar a importância que a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela tem tido e vai continuar a ter, na vida da nossa comunidade.

As duas listas, tinham para os diversos órgãos sociais, pessoas de reconhecido mérito para exercerem as suas funções. Não houve vencedores nem vencidos. Penso que quem venceu foi a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, porque quando quase 600 irmãos exercem o direito de voto e quando a votação fica numa estreita diferença de 20 votos a favor de uma das listas, é sinal evidente que há mérito das pessoas, quer de um lado, quer de outro e a Santa Casa da Misericórdia bem merece.

A Senhora Professora *Eduarda*, que vai fazer parte da Mesa e dirigir os destinos da Santa Casa, também, endosso-lhe a si e à sua equipa, os melhores sucessos.

A outra Irmandade, assim lhe chamo, porque proveio da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que é a Confraria de Nossa Senhora do Amparo de Mirandela. Foram eleitos os novos membros da Confraria, uma equipa bastante alargada, com muita gente nova e algumas pessoas que transitaram do anterior mandato.

Certamente a equipa vai manter-se coesa e levarão a bom porto todo o brio que nós esperamos que decorra da melhor forma, na realização desse evento, que serão as grandes festas em honra da padroeira da cidade “*Nossa Senhora do Amparo*” e não só, ao longo do ano, a gestão daquilo que é a Confraria de Nossa Senhora do Amparo. A estas duas instituições, eu não podia ficar aqui alheio.

Passando em diante e através da Mesa, se me permitem, eu queria questionar o Senhor Presidente da Câmara, porque há um assunto ou outro, que eu gostaria de ver esclarecido.

Compete-me a mim, como já me foi dito numa das sessões anteriores, trazer aqui algum problema, alguma questão específica e depois compete ao Senhor Presidente da Câmara e ao seu Executivo, definir ou não, o que é ou não é prioritário. Mas eu penso que ao trazer um problema específico, não quer dizer que problema seja meu, é um problema que no fundo é de todos nós e não duvido nada que todos nós tenhamos empenho, que se ele existir, todos nós gostamos de o ver resolvido.

Um tem a ver com os semáforos que temos espalhados pela nossa cidade já há alguns anos e que já há muito tempo estão inativos. Eu não sei porquê. Chego a Macedo de Cavaleiros e eles estão a funcionar. Chego a Vila Flor, uma localidade bem mais pequena do que a nossa, estão a funcionar. Chego a Valpaços e também estão a funcionar.

Eu não entendo e penso que era crucial, saber o porquê da sua inatividade.

Muito obrigado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, *José Eduardo Gomes de Almeida* (PSD) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas da bancada desta Assembleia, muito bom dia a todos. Cumprimento também o Público presente e a Comunicação Social.

A minha intervenção hoje aqui, prende-se com a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias). É uma mensagem que eu queria transmitir aos Srs. O Senhor Presidentes de Junta de Freguesia, na qualidade de Vice Coordenador Distrital da ANAFRE.

Há poucos dias tivemos aqui uma reunião, que foi bem participada, com informação e formação e que eu agradeço, às pessoas que estiveram presentes.

Queria pedir-lhes para que, durante esta Assembleia que irão fazer nas vossas juntas de freguesias, solicitarem a inscrição na ANAFRE, para que possamos ter uma maior força, em termos de Juntas de Freguesia, uma vez que, por exemplo, a Associação Nacional de Municípios, tem uma inscrição obrigatória, a nossa é facultativa, mas na realidade traz muitos benefícios a todos os associados.

Eu tenho um *dossier* que quero entregar a quem não esteve presente na reunião anterior, que a ANAFRE fez aqui em Mirandela, no sentido de dar algumas informações...saber qual é a quota que cada um terá que pagar. É uma quota simbólica, de 0,7 % em relação ao FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias) e tem muitos benefícios. A destacar, este recente de um dos benefícios, que é a Modernização Administrativa das Freguesias, em que a ANAFRE já tem aprovada a comparticipação de 452 Mil € para esta Modernização Administrativa das Freguesias.

Desta verba que se tinha aprovado, era para inicialmente, 85% desta verba, que vinha do “Programa Compete”, a que a ANAFRE se candidatou e 15% seria custeado pelas Juntas de Freguesia.

É mais uma conquista da ANAFRE, em que na realidade, as Juntas de Freguesia têm custo “zero”, nesta Modernização Administrativa, o que nos agrada deveras, porque na realidade a ANAFRE, conseguiu a tal verba dos 452 Mil € e os 15% serão custeados através da recuperação técnica que teve entre o Governo e a ANAFRE.

É uma oportunidade para cada uma das Juntas de Freguesia se poder modernizar e penso que será a oportunidade agora, porque a inscrição na Associação, terá que obrigatoriamente ser levada a uma reunião da Junta de Freguesia e posteriormente às Assembleias de Freguesia.

Como estão aí a bater à porta as Assembleias de Freguesias, é uma oportunidade para levarem às Assembleias e às Juntas de Freguesias, a proposta para se associarem. Tem até uma minuta neste *dossier*, para facilitar a vida aos associados, que podem perfeitamente utilizar a minuta para a reunião da Junta de Freguesia e posteriormente na Assembleia de Freguesia.

No final, ficarei à vossa disposição, no sentido de entregar o *dossier* e prestar alguns esclarecimentos que achem convenientes.

Aproveitava esta oportunidade para desejar a todos um bom Natal e um feliz Ano de 2015.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa* (CDS/PP) disse:

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros do Executivo e Público aqui presente. Desejar também uma boa sessão de trabalhos, aqui neste Salão Nobre.

Queria começar por desejar algumas felicitações, que não estive cá, por motivos profissionais na última Assembleia Municipal e quero fazê-lo agora.

Começava por felicitar o Professor *Vitor Esteves*, pela sua eleição como Diretor do Agrupamento de Escolas de Mirandela.

Felicitava também a Enfermeira *Vera Preto* e demais elementos que compõem a sua equipa para a eleição dos Órgãos Sociais, ou Diretivos da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), desejando-lhe votos de um excelente mandato.

Ao Senhor Presidente da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, que foi outra vez reeleito, o Senhor Deputado “*Silvio Santos*” e extensível a toda a sua equipa, também desejar as nossas felicitações e apoio.

E por último, não menos importante, felicitar o Professor *Adérito Gomes*, na sua eleição como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, desejando-lhe a ele e à sua equipa, à Doutora *Gentil*, também à Professora *Eduarda* e aos outros elementos que também constam dessa equipa, votos de um profícuo mandato. A todos eles disponibilizo o meu apoio, naquilo que assim entenderem.

Eu queria trazer aqui um assunto que levantei na última Assembleia Intermunicipal. Tive a oportunidade de questionar o Senhor Presidente da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, sobre o Centro de Competências do Azeite.

Considerando que a CIM, apoiou e bem, a fixação do Centro de Competências dos Frutos Secos em Bragança, naturalmente que solicitei esclarecimentos sobre a posição da CIM-TTM, em relação ao Centro de Competências do Azeite, a sediar aqui em Mirandela.

A resposta que obtive do Senhor Presidente, foi que quem melhor poderia responder a este assunto, seria efetivamente o Senhor Presidente da Câmara de Mirandela.

Esclareceu ainda que todos os autarcas que fazem parte do Conselho da CIM-TTM, têm uma distribuição de tarefas e portanto o setor do azeite seria da competência do Senhor Presidente.

E uma vez que o Senhor Presidente não esteve presente nessa Assembleia, eu voltava a colocar aqui a questão: que *démarches* ou que iniciativas está a CIM a levar a cabo, no sentido de fixar em Mirandela o Centro Nacional de Competências do Azeite?

Consta que poderá haver uma deslocalização da intenção inicial que era de o sediar aqui em Mirandela, para o Alentejo. Gostaria de saber, à semelhança daquilo que foi feito em relação aos frutos secos, o que é que está a ser feito em relação ao azeite.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Dinis Veiga* (PSD) disse:

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, muito bom dia, um bom dia de trabalho e desde já, um bom Natal e um 2015 cheio de saúde.

Por motivos de obras no Auditório, regressámos ao Salão Nobre.

É com imenso prazer que regresso aqui. Eu e poucos mais, o Senhor *Garrido*, dois ou três que fazemos já parte da mobília, regressámos aqui e é com prazer que volto aqui, porque foi aqui que comecei a minha vida autárquica.

Foi aqui que se fizeram Assembleias Municipais, que deixam saudades...bem discutidas, apaixonantes, discutíamos os assuntos até à exaustão, mas sempre com uma elevação extraordinária...tenho saudades dessas Assembleias Municipais.

E também tenho saudades de companheiros e de outros membros que já foram embora, que já partiram e que nos deixaram.

Por isso, eu proponha à Mesa e à Assembleia Municipal, que talvez não voltemos aqui tão cedo, depois das obras no Auditório, não regressemos a este Salão, eu proponha que fizéssemos um minuto de silêncio em homenagem ao Senhor Presidente da Câmara que já faleceu, aos Senhores Vereadores, que também alguns já faleceram, e aos Membros da Assembleia Municipal, que também já partiram, aos Senhor Presidentes da Junta que também já nos deixaram. Pedia a esta Assembleia que fosse aprovado “um minuto de silêncio”.

Agradecia Senhor Presidente que pusesse à votação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Antes de pôr à votação, eu perguntava aos Senhores representantes dos Grupos Municipais se têm alguma palavra a introduzir, sobre esta proposta de votação, do Senhor Deputado “*Dinis Veiga*”.

Senhores Deputados, eu julgo que é uma proposta pacífica e bem aceite por todos os Senhores Membros da Assembleia, que aqui estão.

Não havendo nenhum comentário a fazer, passávamos à parte prática desta proposta, levantando-nos e fazendo um minuto de silêncio.

Eu, para aqueles que partiram e honraram a sua terra, pedia uma salva de palmas.

Perguntava à Assembleia se algum Senhor Deputado quer usar da palavra, ainda dentro do Período de Antes da Ordem do Dia. Não há.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público, Comunicação Social, antes de mais, bom dia a todos e naturalmente que estou disponível para responder.

Gostaria de fazer duas ou três notas prévias, que estão associadas ao que aqui se passou em Assembleias anteriores.

Para quem conheceu este espaço e assistiu aqui às Assembleias, eu tive esse privilégio, quando o meu pai fazia parte, quer como membro, quer na Vereação desta Câmara Municipal, lembro-me dos momentos quentes que foram vividos nesta sala. Fez-se democracia em Mirandela, nesta sala.

Hoje, um pouco pressionados por questões mais técnicas, pelo facto de o Auditório estar a sofrer intervenções, conseguimos ter aqui, também, uma nova iniciativa. E nesse sentido gostava de agradecer a toda a equipa que se disponibilizou para preparar este espaço e para lhe dar a dignidade suficiente para podermos aqui estar hoje.

Antes de responder às questões colocadas, gostaria também de dizer que tivemos durante os últimos tempos algumas eleições, alterações nos órgãos sociais. Normalmente, quando temos eleições, os que entram são naturalmente felicitados e corretamente, mas também temos que nos lembrar daqueles que saem, que nessas instituições fizeram o seu trabalho ao longo de longos anos, ou menos anos, no caso da Confraria.

Mantendo-se o Confrade, saíram alguns e entraram novos Confrades. Assim, também a minha saudação para as pessoas que na Santa Casa da Misericórdia, na Confraria e nas noutras instituições, durante estes últimos anos fizeram o seu trabalho em prol de Mirandela, em prol da nossa sociedade e gostava que ficasse aqui registada essa minha saudação a todos quantos passaram nesses órgãos, aos quais dedicaram a sua vida durante muitos anos.

Em resposta a questões concretas e a começar pela do Senhor *Carlos Fraga*:

Em relação aos semáforos de Mirandela, vão sofrer uma remodelação e depois de alguma ponderação que ainda não está concluída do ponto de vista técnico, mas está concluída do ponto de vista de planeamento, em Mirandela ficarão apenas duas unidades de semáforos: uma na zona do Hospital no cruzamento da Ponte Eng.º *José Machado Vaz* e outra que já está a funcionar neste momento, no Bairro de S. *Sebastião*.

Todas as outras situações de semaforização serão retiradas de Mirandela.

Temos tido algumas dificuldades com a tecnologia, houve uma alteração completa da tecnologia, o que significa que temos vindo a canibalizar de forma gradual alguns semáforos para poder compensar outros.

Em alguns casos, o que provavelmente irá acontecer no cruzamento do Hospital numa primeira fase, estaríamos a pensar retirar os módulos para colocar naquela zona, mas chegámos à conclusão que tecnicamente já não o conseguíamos fazer.

Portanto, em Mirandela, de uma forma simples, dois pontos de semaforização serão os que estarão a funcionar. Penso que durante a Primavera esse trabalho será realizado, pelos nossos serviços e por administração direta.

Sobre o Centro de Competências do Azeite, é bom e agradeço a pergunta do Arq. *Nuno Sousa*, porque acho que às vezes é preciso clarificar os processos, o momento dos processos e o modo como os processos decorreram.

O processo do “Centro Tecnológico”, não, “Centro de Competências do Azeite”, como é conhecido em Mirandela, foram apresentadas candidaturas, chegou a haver uma candidatura aprovada e depois reprovada, no âmbito do “PRODER”, que era um Centro Tecnológico criado e dinamizado pela Câmara Municipal de Mirandela.

Acontece que essa candidatura, por problemas que existiram, nomeadamente no Programa PRODER, não chegou a avançar pelo que ficámos a aguardar o novo Quadro Comunitário.

Por ocasião de uma deslocação, não a Mirandela mas a Vinhais, o Senhor Secretário de Estado da Alimentação afirmou em público, (não estando eu presente nesse dia) que existia o objetivo de criar um Centro de Competências do Azeite em Mirandela, o que foi imediatamente saudado por mim e julgo que por outros autarcas, porque era algo que nós há muitos anos solicitávamos.

No seguimento dessa afirmação pública, foi realizada uma reunião na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte em Mirandela, onde esteve presente a Câmara Municipal de Mirandela por mim representada, onde esteve presente a CIM-TTM representada (na altura) pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, porque nesse dia não podia estar o Senhor Presidente da CIM-TTM e um conjunto de instituições ligadas à área do Azeite, instituições superiores e várias associações.

Nessa reunião foi lançado o desafio de promover o “Centro de Competências do Azeite” e foi iniciado um processo que foi liderado pelo Diretor Regional de Agricultura e pescas do Norte.

Esse processo foi iniciado pelo Senhor Diretor Regional de Agricultura e a CIM-TTM a única coisa que fez, foi tal e qual como fez nos “Frutos Secos”, não fez mais do que isso. E quanto à participação, fez o que compete, a um conjunto de municípios: aprovou um documento conjunto, dizendo que apoiava e que patrocinava e que de certa forma estava por detrás do “Centro de Competências do Azeite”.

Ao mesmo tempo, na documentação que já podem ter avaliado, está prevista a criação de Centros de Competência na região dos quais, o “Centro de Competências do Azeite” e também um novo Projeto Estratégico da nossa Região tendo em vista aproveitar as oportunidades de financiamento.

Entretanto este processo foi avaliado pelo Senhor Diretor Regional, que agendou uma reunião (agora não posso precisar a data) na Direção Regional de Agricultura com um conjunto de parceiros nacionais, porque este era naturalmente um projeto nacional.

Nessa reunião esteve também a Câmara Municipal de Mirandela, o Senhor Presidente da CIM-TTM e um conjunto de entidades de âmbito nacional. Existiu efetivamente um problema que é natural neste País, um problema entre o Norte e o Sul.

O Alentejo é uma zona com alguma dinâmica e houve um conjunto de manifestações que foram públicas e que de certo modo punham em causa a forma como estava a ser concebido o projeto porque nas suas afirmações não teriam sido contactados.

Junto, quer do Senhor Diretor Regional de Agricultura, quer posteriormente do Senhor Secretário de Estado da Investigação e da Alimentação Agroalimentar, disponibilizei-me neste caso institucionalmente, para, tendo em conta as minhas ligações ao setor, fazer contatos nessa área, para trazer para o processo pessoas que estavam fora do processo.

Especificamente: a “Casa do Azeite” que não estava envolvida no processo desde o início; a “CAP” (Confederação de Agricultores de Portugal) que não concordava com o modelo que estava a ser feito e duas associações, a “Olivum” (Associação de Olivicultores do Sul) e a “Argos” (Associação Rio Grandense de Olivicultores) da zona do Alentejo, no sentido de os trazer para o processo. É o que estamos neste momento a fazer.

É um processo que está a ser negociado, que vai ser estruturado e o que foi decidido e transmitido nomeadamente ao Senhor Secretário de Estado da Alimentação, é que vai ser feita uma estruturação daquilo que é o objetivo do Centro de Competências do Azeite, vai ser feito um plano sobre o que o Azeite nacional necessita para o seu desenvolvimento tecnológico e quando estiver estruturado, quando principalmente existir uma coisa que é muito importante e muito crucial no meio disto tudo, existir financiamento, (neste momento não existe nenhum tipo de financiamento), é preciso dizer isto com alguma clareza, que estas intenções não estão associadas a nenhum tipo de financiamento no PRODER ou noutro programa.

A iniciativa que se pretende é que haja, de certa forma, a criação de grupos operacionais que depois podem ir buscar algum dinheiro a programas de financiamento, estruturar as áreas em que são necessárias intervenções, identificar as áreas que já estão a ser trabalhadas e criar então aquilo que é o “Pólo do Centro do Azeite”. Neste momento o que basicamente está a ser feito é de planeamento.

Eu não vou comentar o que está a ser feito no Centro de Competências dos Frutos Secos, mas a verdade é que estamos a falar num âmbito completamente diferente e de setores completamente diferentes. Os frutos secos estão essencialmente concentrados na região de Trás-os-Montes (há pequenos polos a nível nacional). O azeite hoje em dia, vale 600 Milhões de euros em termos nacionais. Por isso tem que ser tratado de uma forma completamente diferente.

A única coisa que eu lhe posso dizer é que a CIM-TTM, de um modo geral, não participa nestes processos, dá um apoio político institucional, tal como fez em Bragança e tal como fará amanhã se nós lhe pedirmos apoio em objetivos regionais. Assumi este processo, porque me interessa proteger Mirandela e trazer este processo para Mirandela. Não existe nenhum constrangimento até ao momento, existe uma questão de um setor que vale 600 Milhões €, que tem muitas sensibilidades, nomeadamente uma que para mim era crucial e que neste momento já está envolvida, que era a “Casa do Azeite” que representa os grandes produtores.

Atualmente, trabalha-se por detrás da cortina, digamos assim, estamos a fazer o trabalho do planeamento, trabalha-se para congregar alguns interesses, mas eu acredito que o Centro de Competências do Azeite, tendo em conta a disponibilidade que sempre aconteceu neste caso do Governo- recorde que foi sempre o Governo que disse que havia essa disponibilidade- nós vamos conseguir ter em Mirandela o “Centro de Competências do Azeite”.

Quando o tivermos saberemos efetivamente o que fazer com ele.

Muito obrigado Senhor Presidente.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro* disse:

Muito obrigado Senhor Presidente.

Vamos então continuar os trabalhos, com o Período da Ordem do Dia.

## **Ordem do Dia**

### **4 – Período da Ordem do Dia**

#### **4.1- Apreciação da Informação do Senhor O Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro* disse:

Ponto 4.1, apreciação da Informação do Senhor O Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013.

Estão abertas as inscrições.

Estão inscritos para intervir neste ponto, o Senhor Deputado *Carlos Fraga* e a Senhora Deputada *Odete Ferreira*.

Tem a palavra o Senhor Deputado *Carlos Fraga*.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga (Independente PS)* disse:

Bom dia novamente. Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesta Apreciação escrita do Senhor Presidente da Câmara, vou ser muito breve e dizer, conforme o Regimento desta Assembleia Municipal, que foi aprovado na última sessão, estão cumpridas as formalidades legais, decorrentes da lei.

É uma Informação que vem em 66 páginas e seria uma injustiça da minha parte, estar a dizer que era uma informação negativa, é uma informação que é positiva. Está cá tudo descrito, só não lê quem não tiver tempo ou quem não quiser.

Queria destacar duas informações, com as quais me quero congratular. Há mais, mas ficam para a minha colega de bancada.

Uma prende-se com a semana comemorativa do Dia Mundial da Diabetes, que ocorreu de 10 a 15 de novembro, na nossa cidade de Mirandela.

Naturalmente que a Diabetes é uma preocupação, infelizmente, cada vez temos mais pessoas a sofrer da diabetes e assinalando-se essa semana comemorativa, concretizaram-se uma série de ações no sentido de melhorar a qualidade de vida dos diabéticos, aprendendo a lidar com essa doença, da qual nenhum de nós está imune e que poderá aparecer quando menos esperamos e com esse conjunto de ações que foi desenvolvido, terminou depois com uma caminhada, realizada no dia 15 de novembro, no período da manhã, onde participaram cerca de 40 pessoas.

No fundo, também o despertar para essas pessoas que sofrem da diabetes, o sentido de caminhar, que ajuda a diminuir o risco dessa doença. Mas os diabéticos não podem caminhar por qualquer trilha e que ninguém fique ofendido, mas nós, no centro da nossa cidade, penso que não foi a ideia mais feliz, em tempos já passados, quando se colocou, em algumas ruas mais antigas, - por exemplo na Rua de St.º *António* - os jogos do rio. Um diabético tem muita dificuldade em trilhar aquelas ruas, os jogos do rio magoam nos pés e para os diabéticos não é recomendável e já tenho ouvido pessoas da comunidade a queixarem-se que não podem caminhar naquelas ruas, devido aos jogos do rio.

Fica aqui este reparo e este senão, que neste momento, não tem alternativa, é circular por outras ruas.

Depois, também queria congratular-me com algo que estava a fazer falta na nossa cidade, foi o início das obras de construção do campo de treinos desportivos, junto à Reginorde. “Mais vale tarde do que nunca”, diz o nosso povo e é bem verdade.

Eu acho que é meritório, que este campo de treinos desportivos vai ter a sua utilidade para todos em geral, vão praticar um pouco de desporto, irá contribuir sem dúvida para o aumento da prática desportiva, dos cidadãos da cidade e de todo o nosso concelho.

E também com a intenção da Câmara Municipal, junta-se o útil ao agradável, é consumado o campo de treinos desportivo e ao mesmo tempo dá-se início a um ciclo que era necessário, de reconversão de todo o recinto da Feira de Exposições que é a Reginorde.

Depreende-se que com esta infraestrutura vamos contribuir para uma melhor qualidade de vida de todos os mirandelenses. Era um desejo que muita gente pensava nele e o pedia e o requeria e finalmente dá-se início. Neste caso estamos todos de parabéns por esta iniciativa e é louvável o Executivo ter concretizado dar início agora a este campo de treinos desportivo.

Isto levar-me-ia a pedir mais um pouquinho, que é o tal complexo desportivo em que há tantos anos se fala e ainda não foi consumado. Houve várias indicações, seria primeiro localizado no campo A, no campo B, no campo C, mas ainda nada se concretizou.

----- A Senhora Deputada Municipal, *Odete Ferreira (PS)* disse:

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados e todos os demais presentes.

Antes da minha intervenção dentro do ponto em que estamos, gostaria de dizer que é a primeira vez que estou aqui numa Assembleia, neste espaço, um espaço extremamente “não só agradável” é “nobre”, como o Salão Nobre e congratulo-me por isso.

A minha primeira intervenção diz respeito à requalificação do acesso à Escola Luciano Cordeiro. Fui verificar - apesar de já não estar em atividade profissional, continua a ser a minha escola - e confesso que, visualmente, não gostei. Acho que é sempre um remendo para uma zona habitacional, que se deixou atrofiar pela construção de habitações coladas à Escola, erros que agora já não têm solução. Pelo menos esta intervenção que resulte, em termos de fluidez de trânsito, isto é: resumindo, a autarquia tentou



colmatar aquilo que será impossível de reverter, uma urbanização que foi permitida, – não por este Executivo Camarário – já tem longos anos, mas a verdade é que a Escola Luciano Cordeiro, continua e continuará engarrada, quer por um lado, quer por outro. Pelo menos que este arranjo sirva as intenções que era a confusão instalada na entrada e saída de alunos, pela natural concentração de tráfego automóvel.

Segundo ponto, estacionamento tarifário de duração limitada:

Se o objetivo foi e cito o que está escrito na Informação do Senhor Presidente “*Melhorar a oferta de lugares de estacionamento disponíveis, em locais com maior oferta de comércio e serviços*” fim de citação.

O facto objetivo está cumprido, agora as ruas estão desertas de automóveis, não sei para onde é que foram estacionar e consequentemente, desertas de pessoas. Falei com alguns comerciantes e estão descontentes, queixam-se que perderam clientes, provavelmente outros, mas poucos, certamente estarão contentes, mas só porque têm lugar para cargas e descargas.

Penso que não é desta forma que se incentivam as compras no comércio local. Consequentemente, devia ser feita, com caráter de urgência, uma avaliação antes de avançar com o alargamento do estacionamento tarifário.

Podem ter a certeza que o centro ficará ainda mais deserto de pessoas, em favor de superfícies que são pródigas no que respeita a lugares de estacionamento. Conheço práticas de casas comerciais que pagam o valor do estacionamento aos clientes que o desejarem. Tenho a má memória do investimento que foi feito na Rua da República. Gastou-se na logística e equipamento, sem qualquer resultado. É um assunto que respeita sobretudo a quem vive na cidade.

Esta Assembleia tem muita responsabilidade no que aprova...enfim. Isto não vem para aprovação é uma informação.

É fácil decidir, pois só há duas alternativas: taxar ou desertificar; incentivar as pessoas a comprar no comércio tradicional, ou empurrá-las para as grandes superfícies.

É apenas, a meu ver, esta a questão.

Sobre o campo de treinos desportivos na Reginorde, o meu colega de bancada – mas aqui há pluralidade de opiniões – eu acho que se devia arranjar outro nome para aquele espaço, aquilo já não é Reginorde. Já não é uma feira, ficará conhecida pela Reginorde, mas a meu ver, cada vez mais está descaracterizada...é uma manta de retalhos, para mim.

Agora foi construída a Esquadra, era necessário, não sou contra, mas quanto a um campo de treinos, entendo que em termos desportivos há alguns equipamentos, os bastantes, enfim, é uma questão de semântica, a quantidade para uns pode não ser a mesma quantidade vista por outros, mas há instalações desportivas em Mirandela, que provavelmente não estão devidamente rentabilizadas...estou-me a lembrar do pavilhão Luciano Cordeiro, que se calhar está apenas a servir a Escola, não sei se o da Secundária também o está, enfim, ponho as minhas reticências quanto a este investimento.

No seu conjunto, congratulamo-nos pelas iniciativas que dinamizam a economia local, pelos prémios que têm sido atribuídos a produtos locais e a Património edificado, assim como a visibilidade dada a Mirandela e ao concelho, em termos turísticos, não esquecendo os mirandelenses galardoados a nível desportivo e eventualmente outros.

Relevo a abertura do Gabinete de Alzheimer, uma doença a que sou muito sensível (atenção, entendem isto...toque) e para a qual não existe praticamente apoio de retaguarda, quer para os doentes quer para as suas famílias.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP)** disse:

Bom dia meus Senhores, Excelentíssimo Senhor Presidente, Mesa, Excelentíssima Vereação, Senhoras e Senhores. Membros da Assembleia Municipal.

Eu pedi para falar sobre a Informação escrita do Senhor Presidente, precisamente porque queria ressaltar aqui algumas questões:

A primeira, é para me congratular com o exemplo que o Senhor Presidente apresenta, sobre precisamente a requalificação do acesso à Escola Luciano Cordeiro.

É apresentado como um exemplo positivo de intervenção do público, dos mirandelenses e eu tenho pena que este seja um exemplo solto e não possa ter sido constituído de uma forma sistemática, para se construir o Orçamento de 2015, com os chamados orçamentos participativos.

Se, se ouvissem mais as populações com menos recursos, com certeza que se faria muito mais.

E portanto, sobre este assunto tenho dito. Espero que seja multiplicado em futuras ações.

No que respeita a páginas 12, refere-se “*MIRANDELA energia XXI – Redução da Fatura Energética na Rede de Iluminação Pública*”. Eu não sei quantas vezes já falámos aqui sobre os benefícios da redução do consumo da energia elétrica.

Estão previstos para 2015 mais setecentos e tal mil euros para este fim e eu surpreendo-me quando estou a analisar o Orçamento de 2015, que a verba prevista é praticamente igual à de 2014. Alguma coisa não está a dar os devidos resultados.

Eu gostaria que caminhássemos de forma decidida para a redução da fatura elétrica, porque os recursos não são elásticos.

A páginas 26, tivemos o prazer de saber que a Câmara Municipal, uma vez mais foi auditada, auditorias sempre benéficas, mas esta é especial. Teve a honra de um discurso de abertura, no dia 08, de manhã e no mesmo dia teve a honra de um discurso de encerramento, por outro vereador, agora pelo Senhor Presidente.

De facto, uma auditoria num só dia, em que abre com um discurso e fecha no mesmo dia com outro discurso, deve ser uma auditoria muito eficaz e profunda.

A páginas 32, tivemos conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara teve uma reunião com a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua. Como esta Assembleia já teceu aqui uma moção no sentido dos compromissos com o Metro Ligeiro de Mirandela, eu gostaria que o Senhor Presidente, a Mesa, pudesse perguntar ao Senhor O Senhor Presidente, se nesta reunião se tratou também do Metro Ligeiro de Mirandela e qual a evolução.

Muito obrigado.





----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, tentando responder de forma concreta e específica às questões que sejam efetivamente questões, eu não vou andar aqui a discutir situações que foram aprovadas nesta Câmara Municipal, algumas quase por unanimidade, como foi o caso dos “Regulamentos Tarifários”.

São assuntos que foram aqui debatidos, houve oportunidade de o fazer, já foram debatidos por duas vezes, nós aprovámos três vezes, a última foi em Fevereiro e agora não vamos andar sempre com isso. Não vou mais uma vez manifestar-me em relação a assuntos que estamos constantemente a puxá-los para aqui.

Foi uma opção, a Assembleia votou e está votado.

Vou apenas responder de forma concreta àquilo que são as perguntas concretas.

Em relação ao acesso à Escola Luciano Cordeiro, foi efetivamente feito um processo de avaliação com a população e a solução que resultou é diferente da que a Câmara tinha proposto e foi aceite a solução que a Câmara Municipal tinha proposto e estamos a tentar fazer isso em várias situações.

Naturalmente que a Câmara tem o poder discricionário de decidir, foi por esse facto que fomos eleitos e temo-lo vindo a fazer.

Agora, dizer que na Reginorde não há nada, é insultar o CTM, é insultar a AMAO, é insultar a Tuna de Mirandela, é insultar coletividades de Mirandela que trabalham ali todos os dias. E é insultar todos aqueles que utilizam o Pavilhão B para ali fazerem inúmeras atividades, como os estudantes de Mirandela, as coletividades de Mirandela e até já para não falar da feira.

Dizer que na Reginorde não há nada é um insulto a Mirandela.

Sobre o aspeto da energia, esta pergunta de si, não a esperava, porque o reconheço como das pessoas mais qualificadas do ponto de vista financeiro que temos nesta sala.

Como sabe, o aprovisionamento dos valores em orçamento tem que responder aos 24 meses anteriores o que significa que a 31 de outubro, temos que provisionar com o valor médio dos últimos 24 meses. Sendo assim, no exercício deste ano (estou a dar-lhe este esclarecimento de forma simples) dou-lhe o exemplo das comunicações: a Câmara fez uma alteração total nas comunicações que vai representar uma poupança muito grande mas que não está prevista, porque o valor que está nas comunicações é o valor aprovisionado dos 24 meses.

Também é preciso dizer que temos a funcionar em Mirandela há pouco mais de seis meses, os chamados redutores de fluxo, mas fizemos outras intervenções na iluminação pública. Essas intervenções permitiram-nos compensar o IVA numa primeira fase.

É preciso ver que a iluminação pública passou de 6% para 23%. E nessa primeira fase conseguimos ficar com a mesma fatura não acrescentando os 23% e depois no início deste ano, mais uma vez foi decidido que a iluminação pública que nunca pagou potência (na nossa casa, pagamos o que consumimos, mais um valor de potência) que nunca pagou contrato, passou a pagar contrato no início do ano.

Tive oportunidade de mostrar outro dia, mas não a tenho aqui neste momento, uma plataforma onde acedemos e de acordo com a estimativa dessa plataforma eletrónica, estamos agora a compensar. A poupança na iluminação pública este ano vai ser de 60 Mil euros. Isto é feito numa modalidade de cálculo direto da tarifa, o que significa que no limite, o cálculo final da tarifa não vai dar bem 60 Mil euros. Quanto à questão de aparecer no orçamento, no fundo, a explicação é mais técnica.

Sobre a Auditoria, é preciso colocar um ponto: é “Auditoria Interna”

A Auditoria Interna de qualidade é realizada com recurso a parceiros, neste caso, a Associação de Municípios e a Câmara de Alfândega da Fé estiveram na Auditoria.

Esta é a pré Auditoria à Qualidade que fazemos internamente com um conjunto de auditores internos que têm vindo a ser preparados e outras entidades.

Estamos num processo comum com a Associação de Municípios e cinco câmaras. Ontem começou a auditoria de qualidade da Associação de Municípios para renovar o Processo de Certificação.

Nos dias 18 e 19, teremos a presença da entidade certificadora para renovar ou não a certificação da Câmara de Mirandela. Normalmente chama-se “empenho da gestão”.

Fazemos questão de estarmos presentes, no início e no fim porque apesar de não estamos diretamente envolvidos nesta questão da Qualidade, (quem controla a Qualidade são os gestores internos que a Câmara tem nessa área), porque queremos dizer aos auditores da nossa vontade que o processo vá em frente. Esta Auditoria interna, quase sempre é realizada um tempo antes da Auditoria posterior, mas que tem elementos de rigor.

À questão da Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua, dizer que tenho uma reunião todos os meses e atualmente sou o Presidente da Agência. Temos que dizer que este assunto é extremamente importante. Digo isto sem qualquer complexo nesta Assembleia, que a única motivação que tenho para estar presente naquela Agência, independentemente de haver lá projetos como o Parque Natural e outros, é o “Plano de Mobilidade do Vale do Tua”.

Existe um Plano de Mobilidade do Vale do Tua, que foi aprovado no RECAPE (Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução) e esse Plano de Mobilidade pressupunha um conjunto de intervenções.

O Plano de Mobilidade, entretanto foi evoluindo. Existe um documento do Plano de Mobilidade do Vale do Tua que pressupõe duas coisas: 10 Milhões de euros, que são os da EDP, que estavam previstos na altura, do DIA, isto é, o financiamento de 10 Milhões de euros e a necessidade de cerca de mais 30 Milhões de euros para concretizar o Plano de Mobilidade. Estamos a falar de um valor de cerca de 40 Milhões de euros.

Sem os 30 Milhões de euros, não há execução do Plano de Mobilidade (não vale a pena termos ilusões, porque 10 Milhões de euros não são suficientes).

O que a Agência está a fazer com reuniões com o Ministro do Ambiente, com o Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, com a CCDRN, reuniões com tudo e mais alguma coisa, é pedir a garantia de que esses 30 Milhões de euros, ou 25

Milhões de euros (o valor que seja definido no projeto final), sejam alocados a este projeto não por verbas regionais, mas por verbas nacionais porque nós compreendemos o que são verbas nacionais.

A minha postura é muito clara: este projeto é o único projeto determinante para Mirandela. Toda a força que for possível fazer será concentrada neste processo.

Não tem a ver só com a sobrevivência do METRO, essa questão é importante e fundamental, mas desde a estação da CP de Mirandela até Carvalhais, este é um problema de certa forma nosso, tem a ver com a sobrevivência e com o desenvolvimento regional, o que nos levou também a contactar os operadores turísticos para avaliarmos a possibilidade de criar fruição turística ao longo daquele canal aproveitando este investimento porque não vamos gastar 30 Milhões € para a mobilidade quotidiana. Isso não faz sentido.

A ideia é que os 30 Milhões de euros sejam afetos a um processo de planeamento e de intervenção e que existam operadores turísticos, que neste momento já foram contactados e manifestaram interesse, porque como sabem, o corredor do Tua vai ter um equipamento no Tua, vai ter um cais no Tua, vai ter equipamentos pelo caminho e a ideia seria de criar um corredor até Mirandela e este Plano de Mobilidade, no fundo é esse corredor.

Assim, acredite que este ponto de vista não é só pessoal, existe solidariedade entre os cinco membros da Agência.

Naturalmente que a motivação maior é de Mirandela e de Vila Flor e tenho que dizer aqui, que o Senhor Presidente da Câmara de Vila Flor não é só solidário, como é também a pessoa que mais envolvida está nisto.

Mas a verdade é que este, é um elemento crítico deste processo e além de ser um elemento crítico, é um elemento que exige de todos nós, digo isto claramente. Recentemente perguntaram-me como estava o Vale do Tua e eu digo sempre o mesmo: por enquanto bem, estamos à espera do Plano de Mobilidade.

Continuo a dizer aqui nesta Assembleia, em relação à Agência Vale do Tua e ao Plano de Mobilidade do Vale do Tua: Até agora tudo bem. Quando existir uma resposta positiva se Deus quiser melhor, se ainda existir uma resposta negativa estaremos cá também para assumir as responsabilidades do que aí está em causa.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Neste âmbito da Assembleia Municipal, eu queria colocar uma questão ao Senhor Presidente, sobre a Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua, para ele fazer o favor, se souber, de me informar.

No ano passado, em setembro, quando foi dado a conhecer ao público o perímetro territorial, do Parque Natural do Tua, porque eu estava internado e tinha tempo de fazer essas coisas, verifiquei que o limite norte desse Parque Natural, passava exatamente no Parque de Campismo de Mirandela.

Eu apresentei, não uma reclamação, mas uma sugestão às entidades que são responsáveis pelo Parque Natural, dizendo que me parecia despropositado esse limite territorial norte, porquanto prejudicaria as freguesias a montante, neste caso: Vale de Juncal; Abambres; Vale de Salgueiro e depois dizia das minhas razões, porque os afluentes “Tuela e Rabaçal”, que se juntam a um ou dois quilómetros acima de Mirandela, não é uma razão poderosa, absoluta, para definir o Parque Natural do Tua.

A entidade demorou, - apesar de eu passado quatro meses lhe pedir resposta – cerca de um ano a responder-me, mas não me deu indicações concretas.

Uma vez que a mim me parece e continuo e convicto de que este assunto interessa ao concelho de Mirandela e às Juntas de Freguesia a montante, eu perguntava ao Senhor Presidente se está em condições de me informar se o limite territorial norte, ficou exatamente no Parque de Campismo de Mirandela, ou se pelo contrário foram aceites as nossas razões, para que privilegiássemos e aproveitássemos todas essas benfeitorias que vêm da Agência e do Parque Natural do Tua.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco** disse:

Senhor Presidente, a explicação é bastante fácil.

Não posso responder à questão da carta, administrativamente não tenho essa capacidade, mas em relação a esta questão da limitação, a resposta é muito simples.

A concessão do Parque da Barragem Foz Tua termina no rio Tua. Do rio Tua para cima, quer o Rabaçal, quer o Tuela, estão concessionados a duas empresas, para fazer mini hídricas como estava a dizer o Senhor Arq. Nuno Sousa. Por isso, aquele espaço é deles do ponto de vista hídrico, o que significa que o Parque Natural nunca poderia ultrapassar o limite do Parque da Maravilha que é onde começa o rio “Tua”. Aquela área dali para cima, está concessionada a duas empresas diferentes na mesma altura em que foi decidida a barragem do Foz Tua, essas empresas “compraram” (perdoem-me a expressão, mas é assim mesmo) o Tuela e o Rabaçal.

No Foz Tua a empresa que ficou com a concessão teve a capacidade de conseguir e tentar fazer esses investimentos. As empresas, quer uma quer outra, dos dois lados, têm tido dificuldades porque os projetos não são fáceis. Mas o Rabaçal e o Tuela estão “vendidos” desde o Parque da Maravilha até ao limite da sua nascente.

Seria impossível o Parque Natural do Tua, fora dos limites do Tua porque essas empresas são concessionárias dessa área territorial.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Antes de lhe dar a palavra, Senhor Deputado Nuno Sousa, deixe-me acrescentar o seguinte:

Eu compreendo perfeitamente a informação do Senhor Presidente, mas sob o ponto de vista de cidadania, não a aceito. Eu irei trazer aqui, pelo menos um resumo da minha carta, que remeti ao Parque Natural do Tua, porque entendo que as razões colocadas, não são assim.



Claro que a política nacional de venda de entrega a propriedades privadas, é uma política que se confronta com aquele poder local. E aí é que eu tenho pena, que o poder local não tenha robustez e capacidade suficientes, para se impor às decisões do poder central, que, ao fim e ao cabo, roubou todo esse potencial às populações locais.

É um assunto interessante, Senhor Presidente e acho que esta Assembleia se deve debruçar e discutir sobre ele. Eu prometo que trarei aqui esses argumentos que coloquei e que a meu ver prejudicam parte do concelho de Mirandela.

Mas na altura, para não prolongar hoje mais esta sessão, eu falarei das razões que apresentei publicamente e que trarei novamente a esta Assembleia.

O Senhor Deputado *Nuno Sousa*, era sobre esta questão que ia falar? Então faça favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa* (CDS/PP) disse:**

Era só um esclarecimento que gostaria de pedir através da Mesa, que é o seguinte:

Se por ventura, quer o rio Rabaçal, quer o rio Tuela estão concessionados para a exploração energética através das mini hídricas dessas empresas, nós temos aqui o Espelho de Água, que também está concessionado a uma empresa. Qual o enquadramento desta concessão na Barragem Foz Tua? Vai deixar de haver esta concessão? Vai ser integrada noutra?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

São situações diferentes.

Estamos a falar de situações de âmbito territorial e situações de âmbito territorial em específico. Em relação às mini hídricas neste caso do Tuela e do Rabaçal, foram uns projetos ligeiramente diferentes.

O que foi concessionado à Foz Tua foi uma barragem no limite do rio, a concessão da água que está na Foz Tua, neste momento é deles. O facto de existir uma mini hídrica tal como no Tuela e no Rabaçal, já existem outras, elas têm direito à água aqui, a água que aqui passa é delas.

Infelizmente, (digo-o com todo o à vontade) tem razão o Senhor Doutor Pavão quando diz que as autarquias nem foram chamadas nem ouvidas. Sabemos da concessão porque um dia somos contactados por uma empresa e diz: eu tenho a concessão. Estamos a falar de algo que foi vendido, para efeitos claros de combater o défice.

Na altura vendeu-se o Foz Tua, “vendeu-se” o Tuela e “vendeu-se” o Rabaçal – estamos a falar do tempo do Eng.º *José Sócrates* que era Primeiro-ministro – e vendeu-os sem qualquer respeito nem prurido e sem nós sabermos.

Fomos contactados por essas empresas, posso-lhe dizer que há uma que já pediu a alteração do PDM de Mirandela por várias vezes e a Câmara Municipal tem manifestado que não faz qualquer alteração nem suspensão ao PDM sem ter um envolvimento no processo que tenha a ver com o que o Senhor Doutor Pavão disse, com o desenvolvimento integrado da região.

Para que é que o Município, (o único instrumento que tem é o PDM porque eles não conseguem instalar as mini hídricas se o PDM não for alterado) há-de andar a mexer nesse instrumento político, neste caso o Ordenamento, em favor de algo!? Enquanto no Vale do Tua, com todos os defeitos que lhe possamos apontar, existir um conceito dos 10 Milhões €, iremos realizar no Parque Natural, um conjunto de intervenções de desenvolvimento do território até ao final do ano ou no princípio do próximo (se tudo correr bem, vão ser recuperadas no âmbito deste projeto três intervenções nas igrejas do nosso concelho).

Estas empresas estão bastante penalizadas financeiramente, porque tiveram que avançar com o dinheiro. Nós temos que nos lembrar que o Governo ficou com 70 Milhões euros do Vale do Tua, diretos depositados. E aqui, ficou com cerca de 10 Milhões euros de cada uma destas empresas, diretos depositados. Hoje em dia as empresas estão com enormes dificuldades:

Primeiro pela viabilidade económica, porque não é fácil, é uma questão que podemos discutir tecnicamente, mas não é significativa.

Em segundo lugar, porque por exemplo como sabem, o nosso PDM, quem está mais envolvido nisto sabe que temos uma faixa de proteção ao rio e que essa faixa de proteção implica para além de outras proteções, como as serventias e outras coisas que seriam mais fáceis, implica um conjunto de constrangimentos.

Essas empresas têm contactado a Câmara Municipal e a Câmara Municipal diz: e então quais são as contrapartidas?

Eles respondem: que não têm que dar contrapartidas porque pagaram ao Governo o valor que tinham que pagar e não há mais contrapartidas.

E a Câmara diz: então estamos todos bem...e a única situação que existiu de negociação, ainda era *Francisco Tavares* o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, porque os dois concelhos estão envolvidos, foi a realização de algumas reuniões no sentido de melhorar as acessibilidades e criar outros elementos de desenvolvimento territorial associados a estas mini hídricas e a verdade é que até hoje, os Senhores são testemunhas de nunca ter aparecido aqui nenhum processo com desenvolvimento associado.

Mas reparem, se o Governo amanhã decidir e fizer um Decreto-lei de interesse público, mesmo a questão do PDM é ultrapassada por decisão do Governo.

A Câmara Municipal para decidir alterar o PDM, tem que vir aqui, tem que haver uma proposta, tem que haver um conjunto de elementos.

O Governo se decidir suspender o PDM de Mirandela amanhã, pode-o fazer por discricionariedade. Não é só este Governo, são todos os Governos.

É preciso entender que os PDMs deviam ser elementos de desenvolvimento do território, são recursos do território, nós temos que entender também nessa perspetiva, mas neste caso específico, o facto de trazer o Parque Natural de Vale do Tua até ao limite do Parque da Maravilha também foi um esforço neste caso porque o ICNF Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas considerava que a partir da Ponte Açude até à Maravilha, já era área urbana.



Se forem ver a delimitação do Parque há uma coisa curiosíssima, é que desde a Ponte Açude até ao Parque Doutor *José Gama* encolheu, fez ali quase um túnel. Este sítio onde nós estamos não é Parque Vale do Tua. É o rio ali em baixo e lá em cima há um alargamento.

Não tem sido fácil lidar com estas entidades no sentido de entender.

Senhor Doutor Pavão não posso estar mais de acordo quando diz que, ao contrário do que se diz publicamente, as autarquias têm efetivamente poder sobre o território mas a verdade é que o poder é muito limitado, quando se chega a estas circunstâncias.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

É um assunto interessante e voltaremos a ele.

Já agora, estavam previstas quatro barragens desde os *Leirós*, a montante do rio Rabaçal.

----- A Senhora Deputada Municipal, *Odete Ferreira (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão do estacionamento tarifário, eu sei as vezes que já foi discutido, não estou a falar sobre aquilo que já está, embora tivesse feito a intervenção no global.

Centrei-me na questão de ser necessário avaliar, antes de se prolongarem mais zonas tarifárias, como aventa o Executivo, na Informação do Senhor Presidente.

A gravação depois, será mais fiel àquilo que eu disse.

Também na gravação e estou depois curiosa para ver a ata, não sei se terei dito essa questão de “não haver nada” e como o Senhor Presidente dizer que era insultar o CTM, etc, etc. como? Se toda a minha vida foi dedicada a crianças e jovens e á sua ocupação? Não desvirtue o que eu disse.

Centrei a minha intervenção, dizendo que a Reginorde, que hoje já nem se pode designar por Reginorde, porque já não há Reginorde, já não há feira, pelos vistos, foi ocupada, mais ou menos como manta de retalhos, a nível desportivo essencialmente. Se por um lado louvo, acho que foram sempre remendos.

O que quero centrar é que assumam que a estratégia para aquele espaço, é o desporto e então nesse caso, okey. Tem que haver é uma definição em termos de planeamento, o que é que se pretende para aquele espaço. Dizer que é insultar esta instituição ou aquela, não posso aceitar e se isso foi interpretado da minha intervenção, é abusivo.

Acho que eram essencialmente esses dois aspetos que eu queria referir.

#### 4.2 – Orçamento Municipal para o ano económico de 2015.

-----Foi presente a deliberação Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada a 30 de outubro de 2014, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra (um do membro do CDS/PP Eng.º *Carlos Pires* e outro do membro do PS Eng.º *João Casado*), uma abstenção do membro do PS Dr. *José Manuel Morais* e quatro votos a favor dos membros do PSD, aprovar conforme proposto:**

- 1 – A Proposta de Orçamento Municipal 2015 que integra o Mapa de Pessoal conforme disposto no n.º 3, do art.º 28.º do Anexo a que se refere o art.º 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- 2 – O pedido de autorização genérica para, no âmbito da gestão corrente, apoiar as freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações (*cf.* alínea j) do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desde que em todas essas formas de apoio não seja ultrapassado o limite de 5.000,00 € durante o ano de 2015;
- 3 – O pedido de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- 4 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Passamos então ao Ponto 4.2, Orçamento Municipal, para o Ano Económico de 2015.

Estão abertas as inscrições, Senhores Deputados.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro* informou:

Estão inscritos para intervir neste ponto, os Senhores Deputados Municipais: *José António Ferreira; David Garrido; Dinis Veiga; Humberto Cordeiro e Faustino Cunha.*

----- O Senhor Deputado Municipal, *José António Costa Ferreira (PS)* disse:

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e demais Vereação, Excelentíssimos Senhores Deputados e Deputadas Municipais, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, meus Senhores e minhas Senhoras.

### **Declaração de Voto:**

Este é o segundo Orçamento do atual executivo municipal, para o mandato de 2013/2017, importante documento financeiro para a gestão de um Município, e que se projeta para o futuro.

Refira-se em primeiro lugar que o Orçamento apresentado pelo executivo para o ano de 2015 tem um decréscimo de 8,5 %, na ordem de 2 milhões e 770 mil Euros, em relação a Previsão Corrigida do Orçamento de 2014.

Em termos de Receita Corrente o que se verifica, é que das sete classificações económicas, duas – que são as Taxas, Multas e Outras penalidades e Transferências Correntes, apresentam uma diminuição, porém as restantes cinco rubricas, nomeadamente Impostos Diretos, Impostos Indiretos, Rendimentos de Propriedade, Venda de Bens e Serviços Correntes e Outras Receitas Correntes apresentam um aumento de receita.

Realce-se que relativamente às rubricas que aumentam a receita, temos os Impostos Diretos com 41%, e por sua vez, os Impostos Indiretos com um aumento de 25 %.

Por outro lado, relativamente à Despesa Corrente, das cinco classificações económicas, três – que são Despesa com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Juros e Outros Encargos, apresentam uma diminuição de pouco mais de 12 %.

Mas diga-se que, no que diz respeito a Despesas com Pessoal esta diminuição deve-se essencialmente pela rescisão do contrato de execução com o Ministério da Educação, embora parcial, pois esta rescisão apenas reflete os 480 mil € relativo a pessoal em função participada.

Ou seja, o que se pretende realçar é o facto de este orçamento ser na sua génese um orçamento condicionado a dois aspetos relevantes:

1º - Um forte aumento de impostos;

2º - Uma ténue diminuição das despesas correntes.

Não podemos deixar de referir alguns aspetos positivos, nomeadamente no que diz respeito a Transferências de Capital, em que as Freguesias apresentam um crescimento de quase 32 %, o que é bastante positivo, bem como a criação do Fundo de Apoio Municipal, pese embora o valor de 139.949.00 €.

Mas por outro lado, as transferências para as Instituições sem Fins Lucrativos decrescem 116.400.00€, portanto esta diminuição quer dizer que alguns compromissos assumidos irão, com certeza, terminar.

Gostaríamos, de facto, de ver refletido neste Orçamento para 2015, o privilegiar das famílias relativamente à crise económica que o País atravessa, e que se reflete de modo particular no nosso Concelho, com as suas especificidades.

Mas, na hora da decisão, encontram-se dois caminhos: aumento de impostos ou sacrifício na diminuição da Despesa Corrente.

E quando se está perante um Plano de Saneamento Financeiro, o Município apresenta-se preso aos constrangimentos que criou, tendo que pôr as suas contas em ordem.

Em suma, o que se pretende simplesmente evidenciar é que a adoção ao longo dos anos de políticas pouco sustentáveis, algumas sem grande fundamento, nos colocou nesta situação complicada em que o Município se encontra.

É o que de mais expressivo se retira deste documento económico e financeiro:

Temos o aumento do IMI, as taxas do Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos também aumentaram, e não há participação no IRS para os municípios.

O Executivo estende as suas próprias dificuldades às que os municípios atravessam!

Veja-se os Impostos, para perceber que quem paga a fatura no final, são de facto, os municípios.

Pelos considerandos expostos e acreditando que seria possível fazer mais e melhor, o Grupo Municipal do Partido Socialista, no seguimento do voto do vereador do Partido Socialista, *João Casado*, que nos representa no executivo municipal, vota contra o Orçamento para 2015.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido* (CDU) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Membros do Executivo, minhas Senhoras e meus Senhores.

A mobília volta à sala. Dizia o Senhor Deputado *Dinis Veiga*, que naquele tempo as Assembleias eram mais participadas. É verdade, mas também estava tudo por fazer. Naquela altura, tudo estava por fazer e tínhamos saído há muito pouco tempo do 25 de Abril e havia aquela ânsia de fazer tudo e de discutir tudo. As coisas hoje vão mais a passo de caracol.

Mas, entrando no problema do Orçamento, e foi falado aqui no recinto desportivo que está a ser construído na Reginorde, pena é que seja a que custo. Foi ao custo da destruição, daquilo que foi o mercado do gado. Foram gastos muitos milhares de euros naquele lugar e que agora tiveram de ser destruídos para se construir lá o recinto.

Provavelmente podia ser construído noutra lugar, num sítio só para fazer o recinto desportivo e não tivesse que destruir nada.

Já agora, ver se era possível incluir no Plano de Atividades e Orçamento, o seguinte: nós aqui em Mirandela temos um problema com o nevoeiro e as passadeiras que existem, muitas delas pintadas a branco e preto, outras com placazinhas que durante a noite se veem muito mal. A minha sugestão era, não sei se é caro ou barato: os sinais verticais para as passadeiras, fossem luminosos, que quem vem de carro se aperceba que estão ali passadeiras. Eu tenho notado com alguma frequência, que há condutores que não se apercebem da aproximação de passadeiras. Era uma sugestão que eu fazia.

Relativamente ao Orçamento, a CDU votará contra este Orçamento.

Em primeiro lugar porque é um orçamento que acrescenta à crise económica e social que o país atravessa, resultado da submissão deste governo às imposições da Troika, mais dificuldades aos mirandelenses.

Não deixamos de notar, porque salta pelos olhos fora, que são, mais uma vez os mirandelenses a pagar a fatura da crise com o aumento dos impostos, nomeadamente o IMI, o aumento da água, saneamento e recolha de resíduos.

Não é já pesada a fatura imposta por este governo e o Orçamento do Estado para 2015?

Não ficamos chocados com o que é vertido nas Grandes Opções do Plano, porque esta autarquia tem sido conivente com esta política e este governo. Contudo é lamentável que neste documento estratégico para o desenvolvimento do concelho se assuma o encerramento de mais escolas, sob a capa de redução do número de alunos.

O que espera o Senhor Presidente que aconteça, com um orçamento que do ponto de vista do investimento, nomeadamente na criação de emprego, apoio às pequenas empresas, dinamização da atividade económica e apoio social, diminui e aproxima-se de nada? O que espera o Senhor Presidente se juntarmos o encerramento de serviços públicos e a destruição da agricultura que a política de direita tem concretizado? Não espera que nasçam mais crianças de certeza, mas pode esperar ter menos escolas e menos despesas com a educação. Mas se esperar mais um bocadinho vai verificar o definhamento da vida no concelho, como aliás tem sido tendência nos últimos 20 anos.

Não contem com a CDU para este peditório!

“O Centro Escolar foi objeto de candidatura a fundos comunitários que já foram consumidos, igualmente a Escola Secundária de Mirandela” – Grande opção estratégica esta que nos é apresentada.

Olhando para o Gráfico do conjunto de despesas com a educação, dá bem para perceber o que significa a transferência de competências do Estado para as autarquias – menos despesa para a Administração Central, muito mais despesa para as autarquias e pior serviço público prestado às populações.

“Mantêm-se as dificuldades dos estratos sociais mais desfavorecidos” – A autarquia corta em mais de 50% a verba para esta área e aumenta em cerca de 1 Milhão e 200 Mil € as verbas para festas, festinhas e festarolas. Grande Opção!

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro** disse:

Excelentíssimos Senhores, Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social.

Bom dia a todos.

O Plano e Orçamento é um dos pontos da Ordem do Dia que desperta maior interesse e discussão, sobretudo aos partidos da oposição. Isto porque vêm neste tema, a oportunidade de poderem apresentar a sua narrativa, discordando sempre das opções do executivo na expectativa de poder retirar daí alguns dividendos políticos, discordando por discordar, e argumentando por argumentar.

É natural, bem vistas as coisas. Comparativamente com o que se vê ouve a nível nacional, as oposições são todas iguais. Todavia, desta vez, tenho alguma curiosidade em saber qual a retórica apresentada.

Imagino a cara de espanto de alguns dos membros da oposição, quando se depararam com a simplicidade, clareza e realismo dos elementos inscritos no Plano e Orçamento para 2015. Certamente que a sua imaginação e a sua capacidade argumentativa ficou abalada, atirando por terra o rol de raciocínios que habitualmente aqui se reproduzem, alegando sempre empolamento das receitas, por exemplo.

Neste Orçamento, esse argumento não cola. Talvez desta vez, nos falemos de desorçamentação.

Haverá argumentos válidos, para combaterem o critério racional e lógico de aproximar os valores da receita a cobrar, à verificada em anos imediatamente anteriores?

Esta abordagem séria e realista de arrecadação de receita, é correta e sem reparos, porque a Gestão de qualquer organismo público, deve reger-se por vários princípios, entre os quais de legalidade, de transparência e de estabilidade orçamental, e coerência, bem presentes neste extenso e laborioso documento.

Como puderam ler, o Plano e Orçamento foi elaborado tendo em consideração o cumprimento rigoroso da lei, das limitações impostas pelo Plano de Saneamento financeiro, a que a autarquia está vinculada desde março de 2013. Recordo que este Plano de Saneamento Financeiro obriga à contenção de investimentos e redução de despesas.

Por outro lado, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, introduziu mecanismos que obrigam as autarquias a encurtar o prazo médio de pagamento, o que exige fundos disponíveis para assunção de mais compromissos.

Esta regra tem que ser cumprida sob pena de se sofrerem penalizações nas transferências do Orçamento de Estado.

No âmbito da receita, quero salientar também a fórmula encontrada para calcular os valores relativos às rubricas de impostos e taxas, que tiveram como base a média aritmética simples, nas cobranças cobradas nos últimos 24 meses.

As transferências previstas da Administração Central provêm dos Fundos Comunitários com os contratos de financiamento já assinados, dos contratos-programa e protocolos estabelecidos com várias entidades.

**Relativamente às despesas**, foi também preocupação do executivo aproximar as despesas, tendo em consideração os valores efetivamente previstos para próximo daqueles que se registaram nos anos imediatamente anteriores.

Maior rigor, transparência, legalidade e responsabilidade, não se pode exigir. É um trabalho claro, distinto, bem elaborado, perfeitamente exequível, e sem preconceitos, em consequência da redução significativa dos valores, comparativamente com anos anteriores.

**Quanto às Grandes Opções do Plano**, quero realçar os Montantes previstos alocados a três funções:

Funções Gerais - 3.531.598 euros

Funções Sociais - 13.133.000 euros

Funções económicas - 1.592.500 euros

• **Quanto ao Plano Plurianual de Investimento** refiro apenas o seguinte: projetos, atividades e ações que espelham bem o volume de trabalho programado até 2018:

- Reformulação do site municipal, sendo implementada uma plataforma de gestão de todo o setor de Educação;
- Será concretizada a **criação do mini GAMS**, no meio Rural contribuindo para maior proximidade e facilidade dos munícipes;
- Conclusão da **Escola Superior de Comunicação, administração e Turismo**;
- Forte colaboração com **os Bombeiros Voluntários do Concelho**, e financiamento integral da componente não financiada do **Quartel de Torre D. Chama**;
- **Colaboração e apoio à Santa Casa de Misericórdia** com financiamento dos trabalhos em curso;
- Colaboração apoio à Escola Profissional de Arte de Mirandela “Artemir”;
- **Escola Profissional de Hotelaria de Mirandela** - Pretende-se criar uma estrutura autónoma de gestão, para ser possível apresentar candidaturas diretas aos diferentes programas de formação profissional, garantindo a sua sustentabilidade;
- **Centro escolar de Mirandela** - Está prevista a manutenção da mesma Rede Escolar Municipal. Aguarda-se a decisão do novo Quadro Comunitário de Apoio;
- **Emergência social** – Apoio social direto a estratos sociais desfavorecidos. No PAM, reflete o esforço que a Câmara tem feito e continuará a fazer no apoio à construção de novos equipamentos sociais, essencialmente ao nível dos lares residenciais para idosos, e a pessoas portadoras de deficiências;
- **Aquisição de terrenos** - Está prevista a realização de alguns processos de expropriação, para conclusão dos acessos a Mirandela, em Mascarenhas e alguns edifícios devolutos;
- **Museu da Oliveira e do Azeite** – Entra em 2015 em fase de constituição do seu conteúdo museológico;
- **Construção de um campo de futebol em relva sintética**;
- Recuperação do **Património Cultural e arquitetónico**, incluindo igrejas e capelas em várias freguesias;
- Apoio a diversas instituições religiosas nomeadamente à **Confraria de Nossa Senhora do Amparo**;
- Ampliação da **Zona Industrial**;
- Manutenção dos **Transportes Urbanos** ;
- Requalificação da **Escola Secundaria e da Escola EB 2,3 de Mirandela**;
- Requalificação e Ampliação da **Escola Primária do Convento**;
- Requalificação e Ampliação da **Escola Primária do Fomento**;
- Constituição do Processo de propriedade Horizontal do **Complexo Agro-industrial do Cachão**;
- Requalificação da Zona envolvente aos **Fornos de Frechas**
- Apoio as todas as **Freguesias**;
- Etc. etc., etc.

Isto é o que está previsto fazer, no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos.

Perante estes factos, o PSD só pode congratular-se com o executivo, em razão do excelente trabalho que nos apresentou, estando certo que o Relatório de Atividades referente a este Plano, terá uma taxa de execução record quando for apresentado a esta Assembleia.

Porque não temos duvidas que este Plano e Orçamento vai ser aplicado e cumprido com todo o rigor, o PSD vai votar a favor.

Muito Obrigado.

Desejo a todos um feliz Natal e um bom Ano Novo.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP)** disse:

Excelentíssimo Senhor Presidente, Vereação, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia.

Em relação ao Orçamento de 2015, (aqui um à parte em relação ao meu querido amigo *Humberto Cordeiro*) eu espero que a maioria também esteja interessada no Orçamento.

Em relação ao Orçamento propriamente dito, eu quero antes de mais explicitar que pela primeira vez recebi também o orçamento das empresas participadas e que mereceu também a devida análise, muito embora não esteja sujeito a votação, uma vez que esta Assembleia não tem âmbito para tal. Mas tive gosto em conhecer e ver o orçamento previsto para as empresas participadas.

Sobre o Orçamento apresentado para a Autarquia de Mirandela, regozijo-me e o CDS/PP de forma especial, porque durante vários anos temos vindo sempre a reclamar, que os orçamentos eram irrealistas, não tinham nada a ver com a realidade e muito exagerados.

E finalmente é-nos apresentado um orçamento que diz que se pretende uma aproximação efetiva à realidade, quer da receita, quer da despesa. Fico satisfeito com isso, se bem que me tenham surgido muitas dúvidas.

Primeiro, qual realidade? É que este Orçamento é sensivelmente igual ao Orçamento de 2014, menos, à volta de 6%.

Eu não sei o que é que se vai realizar, relativo a 2014, não faço ideia se estamos muito fora ou dentro do orçamentado, se é a tal taxa de execução maravilha. O que eu sei, é que no documento que me foi presente, na Informação escrita do Senhor Presidente, em 30 de novembro, a taxa de realização das cobranças andava por 53% e que em 30 de novembro a taxa de realização das despesas, andava por 43,9%. Esta não me preocupa, porque há dívidas a fornecedores, mas se não houver dinheiro, não há para pagar. Portanto a taxa de realização das receitas, no que respeita a 2014 (30 de novembro), era de 53,3%. Se vamos chegar ao fim do ano com a tal realização maravilha, perto dos 80%, que é o que está escrito que se deve conseguir em planeamento...vamos ver.

De qualquer forma, quero recomendar ou lamentar, que os gráficos que foram presentes na Introdução do Orçamento, apresentam os valores do Orçamento para 2015, relativamente aos valores orçamentados dos anos anteriores e não para os valores realizados.

Se, se diz que se quer uma aproximação à realidade, era mais lógico que se apresentassem os gráficos relativos ao efetivamente realizado, uma vez que eu estou sempre assim, a sonhar com as estrelas.

No que respeita às rubricas do Orçamento, nada de especial a frisar, se bem que gostaria de saber em que rubrica vão estar contabilizadas as verbas das taxas do estacionamento do estacionamento público, uma vez que houve investimentos e que de facto não consigo perceber onde vão estar aqui as verbas resultantes do estacionamento.

Há aqui algumas nuances, mas o orador antecedente regozijou-se por um aumento das transferências para as freguesias. Até agora os Senhores Presidentes das Freguesias estão à espera que aconteça o fim do ano, pode ser que o Menino Jesus traga alguma coisa. Mas, tudo quanto for crescer do zero para a frente, mas as deste ano, porque este ano aumentava, agora o aumento do zero, é para o zero...não faço ideia. Espero que haja transferências para as freguesias.

As Associações dos Municípios, essas sim, têm aumentos consideráveis. Temos duas, eu não estou muito preocupado quanto é, estou mais preocupado e é já âmbito legal, âmbito nacional, sobre o que é isto: associações de municípios, uma vez que não há votações, não há eleições, são democracias um bocado especiais e que vão a pouco e pouco tomando o pulso e a posse das decisões autárquicas.

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, há de facto aqui situações especiais.

Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela, já foi falado aqui. Para 2015, 10 Mil euros. Deve ser só para fazer um papel. Mas 2016, 3 Milhões de euros...não tem nada a ver com eleições, foi mera coincidência, mas é preciso fazer mover e movimentar as coisas.

Regeneração do espaço público, para 2015, Mil €. Já para 2016, 700 Mil €, depois baixa em 2017 para 300 Mil euros.

Arquivo biográfico, para 2015, Mil €, mas 350 Mil euros para 2016.

Construção e Melhoramento de caminhos agrícolas, para 2015, Mil euros e não há mais nada. Devem ser depois os acordos com os Senhores Presidentes de Junta, para eles fazerem os caminhos à vontade.

Aproveitamento hidroagrícola, também Mil euros para este ano e o resto não tem mais nada.

Depois a TuaStar já leva Mil € em 2015 e 150 Mil euros em 2016.

A ampliação do Parque industrial, da zona industrial de Mirandela, também leva 100 Mil € em 2015 e 300 Mil euros em 2016 e outros 300 Mil € em 2017. Também já tem um certo impacto.

E para finalizar, no que respeita ao Plano Plurianual, reconversão da estrutura da frota municipal, 100 Mil euros.

No que respeita ao Plano de Atividades, só tinha aqui a fixar para o desenvolvimento social e económico de Mirandela, uma verba que está pensada para ajudar ao Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Mirandela. Sabem qual é a verba prevista para 2015? A maioria sabe, 50 Mil euros.

Transferências correntes para a AMTQ, é para as Associações de Municípios, aí já é elevado.

Perante estes valores, não quero tecer mais considerações, deixo à vossa consideração.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD)** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando acontece a votação dos Orçamentos, a tradição mantém-se. Não há maneira de isto mudar, é tão fácil ir buscar as coisas que na sua opinião não estão corretas, mas esquecem-se das outras que estão bem colocadas.

E antes de começar, queria só dizer ao Senhor Deputado *Faustino*, que muitas das verbas são diminutas, é correto. Mas se elas estiverem lá, as obras podem ser feitas, porque a verba pode ser depois reforçada. Se não estiverem lá, é que não podem ser feitas. Eu, se fosse de outro Senhor Deputado, até nem ligava a este assunto, agora vir do Senhor Deputado *Faustino*, fiquei um bocadinho admirado.

Vou então cingir-me à minha intervenção:

### **ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2015**

Em conformidade com o estabelecido no art.º 35 da lei n.º 75/2013 a Câmara Municipal apresenta à Assembleia Municipal a sua Proposta de Orçamento Municipal para o ano económico de 2015.

Antes de fazer considerações sobre esta Proposta, temos de ter em conta os compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro em curso desde março de 2013, que vai interferir no investimento e na redução de despesas, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e a redução da dívida municipal.

Foi com estas variáveis que o executivo teve que planificar o seu Plano Plurianual de Investimentos para 2015 e apesar destas restrições financeiras, este executivo, com esforço e rigor continuará a lançar obras, iniciativas e projetos que contribuem para o progresso do concelho e minorar este flagelo do desemprego, e para isso não deixará de aproveitar as oportunidades que o novo Quadro Comunitário poderá representar.

Depois desta introdução não posso deixar de salientar alguns pontos:

1. Aproxima as dotações orçamentais das diferentes rubricas à realidade, ou seja, não são empoladas garantindo uma maior aproximação à execução das despesas, (aqui a oposição não pode queixar-se de que as suas opiniões não foram aceites);



2. Não esqueceu compromissos assumidos, resultantes do Plano de Saneamento Financeiro, reduzindo a aquisição de bens de capital, transferência de Capital e passivo financeiro;
3. Contempla a comparticipação financeira obrigatória, para o fundo de apoio municipal no valor de 139 Mil euros, valor que poderia ser investido em outras áreas;
4. Verificamos uma redução em várias rubricas, na aquisição de serviços no valor de 1 Milhão e 64 Mil euros, tais como:
  - Nos transportes escolares de 280 Mil euros;
  - Em outros serviços de 464 Mil euros;
  - Em despesas de capital de 612 Mil euros;
  - Em pessoal ligado ao Ministério da Educação, que foram reintegrados no Mapa de Pessoal da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
  - Redução de 685 Mil € na recolha e tratamento de resíduos sólidos;
  - Redução nas transferências para Instituições sem fins lucrativos em 116 Mil euros, o que significa que alguns apoios irão ser revistos;
  - Um aumento nas transferências de capital para as Juntas de Freguesia;

Consegue-se assim transferir da receita corrente para a despesa de capital, 2 Milhões, o que significa mais investimento e menos despesa corrente.

Resumindo: o Orçamento de 2015 teve um decréscimo de 8,45%, ou seja 2 Milhões e 770 Mil € em relação a 2014.

Como de costume e não fugindo à tradição, a oposição vota sempre contra, com argumentos pouco consistentes e muitas vezes para consumo interno dos respetivos partidos.

O CDS/PP que desejava ser ouvido e que esperava integrar as suas opiniões, ficou desiludido.

Com certeza que são ouvidos quer o CDS/PP, quer o PS, mas a maioria é que decide integrar, ou não, esses contributos. São as regras da democracia.

Referiu que votou contra, devido ao descalabro financeiro na última década. Será uma gralha ou queria dizer descalabro eleitoral do CDS/PP, que já tiveram 3 vereadores agora têm 1 e nas próximas a continuar assim não terão nenhum.

Quanto ao PS arranjou argumentos com alguma validade só que ficou pelo meio, pois devem ser totalmente esclarecidos, senão vejamos:

- Os 5% no IRS só iria beneficiar aqueles que pagam um IRS significativo, esses sim, eram os beneficiados. Onde está o benefício social com esta medida? O executivo tem mais verbas e pode fazer face a esses apoios sociais.
- Aumento da água e do tratamento em alta das águas residuais em 50 Mil euros cada rubrica, também deveria referir que Lisboa paga a água em alta a 0,41/m<sup>3</sup> enquanto em Trás-Os-Montes pagamos a 0,69/m<sup>3</sup>; o saneamento de Lisboa paga a 0,57/m<sup>3</sup> e nós pagamos a 0,77/m<sup>3</sup>, está aqui a explicação;
- Porque existe um diferencial tão grande? Porque houve um governo socialista de Sócrates que querendo colocar a sua clientela política, criou uma empresa “Águas de Portugal”, agregando uma condição de que os municípios eram livres de escolherem mas quem ficasse de fora não poderia concorrer aos fundos comunitários para obras desta área. Dava a sopa mas as Câmaras teriam que levar o prato. Mas o pior ainda está para vir, pois essa empresa como outras do mesmo género estão de tanga e então querem a distribuição da água em baixa. O problema é tão grave que a CIM-TT, de maioria socialista está a pensar em criar uma empresa intermunicipal para gerir a água em baixa, o saneamento e os resíduos sólidos. Como se vê, não estão em sintonia com os vossos camaradas O Senhor Presidentes;
- A Escola Secundária está um caos, aquilo não tem ponta por onde se pegue. Estamos completamente de acordo. Mas não podemos culpar a Câmara nem o atual governo, porque no governo socialista, abriu-se concurso, tendo ficado em 1º lugar a empresa Santana (aquela que construiu o Hospital Terra Quente), por 14 Milhões €, mas depois foi anulado porque a empresa Mota-Engil cujo diretor executivo era Jorge Coelho (influyente socialista) reclamou alegando que os contentores onde se iriam dar as aulas não estavam contabilizados e o concurso foi anulado. São coincidências a mais.
- Quanto às estradas, em passarem de nacionais para municipais, o governo socialista não deixaria alternativa, quisessem ou não as câmaras. Ao menos entregou-as retificadas e com tapete e se não fosse assim hoje seriam uns caminhos da cabras, pois as câmaras não teriam verbas para as arranjam;
- Por último, o PS queria que a Câmara aplicasse a Derrama. Se as empresas estão com a corda no pescoço, muitas já abriram insolvência, outras vão aguentando os trabalhadores com imensos sacrifícios e o conselho que dão ao executivo é para esticar a corda e acabar de vez com a pouca atividade económica que ainda temos. O executivo procedeu muito bem.

Muito mais se podia dizer sobre o **ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2015**, mas iria tornar-me fastidioso. Os Senhores Deputados municipais leram e com certeza a grande maioria chegou à mesma conclusão que nós: *está bem esquematizado, esclarecedor, realista e com perspectivas de fazer um bom aproveitamento das verbas comunitárias.*

Senhor O Senhor Presidente e senhores vereadores do PSD continuem com a mesma vontade de ir mais longe e cada vez fazendo melhor, e pode contar com o seu grupo parlamentar que cada vez estamos mais unidos e de acordo com as políticas implementadas.

*É o futuro de Mirandela, o seu progresso e desenvolvimento que nos norteia. Os eleitores sabem isso e por isso em nós confiaram o seu voto.*

**O grupo Parlamentar do PSD está de acordo com este Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2015 e como tal vai votar favoravelmente.**

Muito obrigado.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa* (CDS/PP):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais.

Naturalmente que antes de aqui iniciar a minha intervenção, fico de alguma forma contente, que o Deputado *Dinis Veiga* esteja preocupado com o CDS/PP. Com as intervenções, significa que o CDS/PP tem feito intervenções, quer ao nível da Assembleia, quer ao nível da Câmara, que são pertinentes, ao longo destes mandatos e que tem vindo, de alguma forma, procurar alertar para o despesismo exagerado, que levou à consequência, de esta Autarquia ter um Plano de Saneamento Financeiro, para tentar resolver a sua situação.

Por conseguinte, eu, ia começar a minha intervenção:

### **DECLARAÇÃO DE VOTO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2015**

O Orçamento Municipal é um instrumento de gestão e o vetor das diversas políticas municipais para o desenvolvimento económico e social de uma autarquia. Representa, por um lado, a realidade financeira de um município, assumindo compromissos do passado, as decisões do presente e por outro lado, as perspetivas de futuro.

O Orçamento Municipal para 2015, é apresentado, através do seu Plano Plurianual de Investimentos 2015-2018, como um documento previsional e de opções estratégicas para o concelho de Mirandela.

Porém, o documento, tal como o vigente orçamento municipal, volta a ser parco na explicação de estratégias políticas que o executivo PSD pretende adotar para 2015. Continua refém de um Plano de Saneamento Financeiro, que condiciona a situação financeira do município, refletindo-se num longo e penoso período de austeridade local para os mirandelenses.

Não existem propostas ou soluções políticas que procurem inverter o ciclo de gestão municipal. Apesar de se propor uma redução das despesas correntes, resultantes de alguns compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro, a arrecadação de receita, será, mais uma vez, à custa de mais impostos e taxas municipais.

Uma gestão autárquica alicerçada no aumento de receita tributária, é a forma mais fácil de melhorar a saúde financeira de um Município.

Se é verdade, que a conjuntura económica nacional tem sido penosa para com os Portugueses, é também um facto, que os mirandelenses, ao contrário das populações de concelhos vizinhos, têm vivido uma dupla austeridade. O executivo PSD não evidencia no seu orçamento para 2015, medidas ou objetivos, que possam fixar empresas e criar empregos, apesar das restrições do Plano de Saneamento Financeiro. Impunha-se a necessidade de mais contenção nas despesas de gestão, mais imaginação para contrariar o decréscimo económico que tem vindo a ocorrer em Mirandela.

Com o Orçamento proposto para 2015, o executivo PSD promove a manutenção da austeridade junto dos mirandelenses, sem nunca assumir responsabilidades pelo descalabro financeiro ocorrido na última década, e sem apresentar um sinal de esperança para um futuro próximo.

Não é um Orçamento a pensar nos interesses dos mirandelenses, mas sim nos interesses de perpetuação do poder. Analisemos, por exemplo, algumas rubricas do Plano Plurianual de Investimentos proposto:

- Reabilitação do Parque Escolar – em 2015, verba prevista de 10 Mil €; em 2016, a previsão é de 3 Milhões €;
- Regeneração do Espaço Público – em 2015, Mil €; em 2016, 700 Mil €;
- Incubadora “TUASTART” – em 2015, Mil €; em 2016, 150 Mil €;
- Construção e melhoramentos de caminhos agrícolas – para 2015, apenas Mil €.

Entre outras propostas idênticas.

Podemos ainda questionar da relevância atribuída às freguesias, neste Orçamento:

- Onde estão acordos de execução previstos na lei?
- Que participação tiveram as Juntas de Freguesia na elaboração do documento?

As conclusões a retirar, são simples: em 2017 há eleições autárquicas, as empreitadas e demais iniciativas, terão de ser iniciadas em 2016. O rigor e a contenção do Plano de Saneamento Financeiro serão relegados para segundo plano.

Em conclusão, manifestamos também, a nossa solidariedade ao Senhor Vereador *Carlos Pires* e demais membros da Oposição do executivo da Câmara Municipal, pois numa reunião extraordinária, pronunciam-se sobre um Orçamento, ausente de explicações políticas e que o Executivo PSD propõe para o concelho, com mais aumentos de impostos e taxas locais, nomeadamente no IMI, bem como a retenção do IRS. E, numa reunião recente, o mesmo Executivo, apresenta para discussão, as suas propostas políticas sobre o Orçamento anteriormente aprovado. Trata-se de uma iniciativa política, algo inédita, não só por ser caricata e despropositada, como revela, para além de uma falta de respeito democrático pelos Vereadores da Oposição, um completo “desnorte” na gestão desse documento.

Apesar da reiterada disponibilidade pelos membros da Vereação da Oposição, para a apresentação de contributos ao Orçamento Municipal, tornando-o mais participativo, mas a verdade é que o executivo PSD desvaloriza a função desses Vereadores, e por conseguinte, desrespeita os valores da democracia e da transparência, que tanto advogam publicamente.

Pelas razões enunciadas, o Grupo Municipal do CDS-PP votará contra o Orçamento proposto pelo executivo PSD para 2015.

----- O Senhor Deputado Municipal, *José António Costa Ferreira* (PS) disse:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, agradeço este segundo momento previsto no Regimento, para focar dois pequenos aspetos.

Não queria deixar de aproveitar este ponto sobre o Orçamento, em que muitas coisas são ditas e às vezes, da forma como são ditas.

E a primeira vai para a parte das Grandes Opções do Plano, em que na página oito, alguém colocou um provérbio chinês, que diz assim: “*aqueles que dizem que não é possível ser feito, não devem interromper os que o estão a fazer*”.

É um sinal de extraordinária democracia, esta inscrição nas Grandes Opções do Plano. Deve ser alguma reminiscência do tempo cavaquista, do célebre “deixem-nos trabalhar”.

Convém dizer que o Orçamento e o Plano vêm a esta Assembleia, para ser votado, não fomos nós que o exigimos, não fomos nós que o pedimos. Ele deriva daquilo que é a Lei, daquilo que é a democracia representativa e daquilo que são as regras democráticas estabelecidas. E acrescento que não se trata muitas vezes dos nossos contributos e das nossas opiniões e intervenções, dizer que não é possível fazer e não interromper quem está a fazer. O que muitas das vezes aqui se diz e aquilo que é o nosso contributo, é dizer que se pode fazer de forma diferente ou de outro modo. Agora, não interromper? Nós não estamos a interromper ninguém, estamos no uso do nosso direito democrático.

Relativamente ao conteúdo, expresso aqui, pelo Senhor Deputado *Dinis Veiga*, à semelhança de muitas outras Assembleias Municipais, ressalta sempre o governo *Sócrates* para estas discussões. Ficamos a perceber que também os condicionalismos do nosso Orçamento Municipal tem tudo a ver com *José Sócrates*.

De facto, ao longo destas sessões todas, onde recorrentemente se aponta o nome de *José Sócrates*, como culpado também dos nossos Orçamentos Municipais, eu dei-me ao trabalho de tentar fazer uma retrospectiva e ver o impacto que teve a governação *Sócrates*.

Mas também não quis ficar por aí. Para ser rigoroso e sério, recuei no tempo, para ver afinal, quem era o culpado, verdadeiramente, disto tudo.

Também analisei *Santana Lopes*, recorde a todos que foi despedido por trapalhadas, não preciso de dizer mais nada, o *Durão Barroso*, se calhar também não lhe deu tempo para muito mais, que se ausentou.

Tivemos o governo de Guterres que também é recorrentemente dito que é um dos grandes culpados.

Cheguei até ao Primeiro-ministro *Cavaco Silva*, mas Deus me livre pôr em causa o que foi a governação, quando o ex- Ministro *Miguel Cadilhe*, dos que se diz que afinal ele é o pai do monstro e que recuando por aí, cheguei de facto ao verdadeiro culpado.

E hoje, estou em condições, de vos dizer afinal quem é o verdadeiro culpado disto tudo.

Tenho aqui no bolso, para partilhar convosco.

A culpa, afinal, segundo aquilo a que eu me dei ao trabalho de procurar, é do corneteiro de D. *Afonso Henriques*.

Com efeito, nos primeiros tempos da fundação da nacionalidade, nos idos tempos do nosso Rei D. *Afonso Henriques*, após o fim de uma batalha, o exército vencedor tinha direito ao saque, sobre os vencidos, isto é, ao roubo público legitimado.

Pois bem, após uma dessas batalhas, ganha pelo Primeiro Rei de Portugal, o seu corneteiro, lá tocou para dar início ao dito saque, a que as suas tropas tinham direito e que só terminaria quando o mesmo corneteiro, desse um segundo toque, para anunciar o fim do período de saque. Mas devido a alguma maleita ou ferimento, o dito corneteiro, finou-se antes de conseguir dar o fim do saque.

E até hoje, há quem continue a saquear, sem que haja alguém capaz de voltar a tocar o fim do saque.

Afinal, a história tem explicação para tudo, ou quase tudo e provavelmente a culpa será mesmo do corneteiro de D. *Afonso Henriques*.

E a pergunta impõe-se:

Não haverá por aí alguém que conheça o toque de fim de saque?

Muito obrigado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, fico curioso quando vejo alguém do Partido Socialista que atualmente tem um líder que é o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, dizer-me que eu tenho um enorme aumento de impostos.

Eu aprendo com os melhores. Aprendi com o *António Costa* e ninguém neste país tem um aumento de impostos tão forte como ele fez. Se vamos com as boas práticas, vamos com as boas práticas do líder do Partido Socialista.

Por falar em boas práticas, podemos falar também em índice de transparência. Somos a Câmara do Distrito com maior índice de transparência e por isso somos reconhecidos lá fora, por aquilo que fazemos, mas não somos reconhecidos internamente. É a eterna dúvida entre a oposição e o poder, é natural que assim aconteça.

Gostaria de ter visto uma proposta simples: em vez de aumentarmos os impostos, cortarmos às Coletividades de Mirandela que recebem muito mais do que o aumento de impostos e algumas delas não têm sofrido os problemas que por exemplo já aqui disseram várias vezes, que têm sofrido as Juntas de Freguesia.

Se calhar esse é um debate para o qual eu contribuo mas no qual eu os quero ver todos envolvidos e com o pragmatismo necessário de dizerem, quanto é o valor que recebem mensalmente? Anualmente? Algumas dessas coletividades. Todas! Não são só as desportivas. Façamos esse debate aqui olhemos para os valores porque estão todos claramente traduzidos no Orçamento e eu



Presidente da Câmara, o Executivo Municipal e todos vós, vamos debater esses valores, mas estou à espera de os debater de forma pragmática.

Porque quando falamos em aumento de impostos ou redução de impostos, ninguém diz que esta redução faz face a uma quebra de impostos e tem que ser respondido. E nós assumimo-lo. Estamos a falar de 500 Mil € de aumento de impostos num Orçamento que tem muito mais do que isso.

Eu acho que quem olha para um Orçamento pode olhar para ele de várias formas: ou olha para o copo cheio, ou olha para o copo vazio.

O Senhor Deputado *Faustino* por quem realmente eu tenho consideração, mas julgo que a ironia faz-nos ser um bocadinho arrogantes...e tenho que o dizer, porque não espero de si, às vezes certos comentários.

Nos documentos que enviámos há uma coluna que diz: Execução que neste caso é até 31 de outubro, data em que entregámos o Orçamento.

E se forem ver essa coluna, ou então vão ver à Execução atual, as Juntas de Freguesia receberam este ano 25 860 €, mais 340 345 euros, mais 88 307 euros, registados.

É verdade, que estão aqui 30 Presidentes de Junta que dizem assim: isto não foi distribuído uniformemente. É verdade porque estamos a resolver problemas em situações pontuais e não me inibo de dizer que por exemplo a Junta de Freguesia de Torre de D. Chama que é do conhecimento comum.

Mas somem os valores e não me venham dizer que isto é hipocrisia, porque isto é registo de transferências.

Em segundo lugar, quando me fala em Associações de Municípios, eu nem devia fazer esta defesa porque não me compete. Mas também acho que era bom que olhassem para o caso da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e daquilo que ela tem feito! Quem criou a Resíduos do Nordeste, foi a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana; quem está a criar a Rede de Banda Larga é a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana; quem está a fazer inúmeras candidaturas, é a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

É verdade hoje em dia, tenho que o dizer, Mirandela recorre pouco à estrutura técnica porque criou uma estrutura técnica, mas ainda há municípios que não têm essa estrutura técnica mas somos solidários.

E digo-lhe mais, o conceito da Associação de Municípios, infelizmente ainda não está desenvolvido até onde devia, porque nós estamos sempre a falar em escala e o que nos dá escala são as Associações de Municípios.

Apontar este tipo de situações, penso que põe em causa aquilo que é a génese de um documento destes.

Num documento destes existem as opções estratégicas correntes e existem as opções estratégicas macro.

E nessas opções estratégicas macro, aparecem as opções e nos outros sítios aparece a gestão corrente do município.

Vou-lhe responder apenas à rubrica, 07020907 – Parques de Estacionamento, mesmo que não estivesse no registo, podia estar em “Outros”.

Para fazermos este documento, não sou eu que o faço tecnicamente, faço-o politicamente.

Quando digo que não sou eu que o faço tecnicamente, naturalmente que estou à espera que tudo esteja no documento e tenho plena confiança nos meus técnicos, mas vou repetir: em transparência não recebemos lições.

Estão-nos sempre a criticar porque não enviamos a execução em conjunto com o Orçamento. Este ano foi enviada a Execução à data do Orçamento. Vou repetir: em termos de transparência, em termos de respeito pela Oposição, podemos não ser reconhecidos internamente, mas somos reconhecidos lá fora porque fazemos algumas coisas que ninguém faz.

Estamos no início de Quadro Comunitário, temos que ter a certeza que existem rubricas a que eventualmente vamos concorrer. Não tenho a garantia que isso aconteça mas tenho que ter a rubrica aberta e isso é uma opção estratégica.

Se eu ponho “Caminhos Rurais”, é porque existe uma alínea no PRODER que nos pode permitir concorrer a Caminhos Rurais.

Quando eu ponho uma verba do “Centro Escolar”, é evidente que eu não tenho a garantia que vamos fazer o Cento Escolar, ponho lá 3 Milhões de euros e para o ano dizem assim: olha, ele pôs lá 3 Milhões € e não executou um tostão.

Vão ver os documentos antigos, onde tínhamos 56 Milhões Euros no Orçamento. Se tínhamos lá 3 Milhões €, foi porque alguém nos criou a expectativa de fazer investimento. E como alguém nos criou a expectativa e não cumpriu, não executámos e tínhamos inscrito -3 Milhões de Euros. O Orçamento em vez de ser 31 Milhões de euros..., passa para 32 Milhões de Euros,... passa para 35 Milhões de Euros... e passa para 40. Milhões de Euros.

Nas verbas aprovoadas com valores simbólicos podia lá pôr um Euro que era exatamente igual. As verbas aprovoadas com esse valor, são as verbas que estão preparadas para as que nós consideramos estratégicas.

Aliás, no início nas GOP's, dizemos que existem quatro estratégias regionais que estão transcritas nos documentos. Falamos em reabilitação urbana, e outros programas transcritos no documento regional. Só posso concorrer ao documento regional na área que diz respeito às autarquias e na área que diz respeito à agricultura. Ponho lá um regadio na zona da “serrinha” vou lá pôr os 15 Milhões € que custa o regadio. Não tenho a garantia que vai ser aprovado, mas tenho que o lá ter, porque se amanhã houver um concurso, a primeira coisa que me pergunta o Fundo Comunitário é: existe previsão no Orçamento, dessa execução? E não existisse previsão tinha que marcar uma Assembleia Extraordinária para a colocar lá. Atenção: à diferença entre o que estamos a projetar e o que estamos a fazer.

Estamos a debater um Orçamento e com todas as críticas naturais eu esperaria no mínimo discutir dois ou três pontos estratégicos para Mirandela. E esses, eu gostaria de ver, porque até têm lá verbas aprovoadas.

Falamos todos dos 1000 €, falamos todos do aumento, mas eu gostaria de dizer qual é a importância da ESACT – Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo para Mirandela.



Digam-me qual é a importância de uma obra que a Câmara teve que assumir, teve que construir, teve que investir 1 Milhão de euros e que há dois meses atrás trouxe 400 jovens para Mirandela, para cá viverem e estudarem. Isso não é estratégia a longo prazo? Obviamente que sim. Isso e as festas e festinhas para a nossa cidade de Mirandela; essas 400 pessoas que vêm para aqui viver - para o ano se Deus quiser temos cá outras 400 - não contribuem para a economia o facto de termos uma escola fixa em Mirandela, que esteve em risco de não ser cá colocada, isso não é estratégia? Eu acho que é preciso refletir sobre aquilo que estamos a fazer e é preciso sermos justos. Ninguém falou do "Quartel da GNR" da Torre! Mas a verdade é que o Quartel da GNR da Torre, não é pelo valor dos 400 Mil €, que podiam ser 300 ou até podiam ser 1000, não é essa a questão. O que está em causa é que quando fixámos a GNR em Torre de D. Chama, estamos a dar uma valência ao território que garante a fixação das pessoas naquele território, estamos a contribuir para a melhoria daquele território.

A GNR da Torre não beneficia a Torre de D. Chama, beneficia S. Pedro, beneficia toda a envolvente e contribui para a fixação de pessoas. E é pena que quando olhamos para o Orçamento não seja possível olhar para isso e não seja possível ver que aquilo que apontamos, como a rede de equipamentos rurais. Lembro-me de ouvir um o Senhor Deputado do PS dizer aqui: *a Câmara de Mirandela não aposta em equipamentos rurais*. Este equipamento não é um excelente equipamento rural? Vamos ser mais sérios.

Inaugurámos alguns recentemente que também o estamos a pagar porque infelizmente as juntas não têm condições. Quando aparecem aqui 300 Mil € de transferências, em alguns casos, é o que estamos a suportar das componentes não financiadas. Também estamos a suportar as componentes não financiadas da Santa Casa da Misericórdia.

Tivemos eleições, a Santa Casa da Misericórdia, recebeu desde 2008, 700 Mil € desta Câmara...700 Mil €, digo-o aqui sem qualquer complexo.

Estamos a apoiar o Quartel da Torre; estamos a pagar o Quartel dos Bombeiros de Torre de D. Chama; felizmente acabámos de pagar o Lar de S. Pedro. Isto não é intervenção no território? Isto não é estruturação do território?

Chamo-vos a atenção que durante o ano anterior tive oportunidade de dar esse número em 2013 - 2014, em apoios a 37 intervenções no território em coisas que podem não ser diretamente da Junta de Freguesia, mas quando vamos apoiar uma capela mortuária, quando vamos apoiar a recuperação e construção do património religioso, quanto é que isso vale? Isto não é investimento nas Juntas de freguesia?

Agora, olhem uns para os outros e digam quem é que não teve uma intervenção dessas e quanto valeu?

Em Carvalhais em quanto é que ficou o valor dos materiais que a Câmara investiu na Capela Mortuária em Vilar de Ledra? Quanto é que custou a Igreja da Ribeirinha? Quanto custam todos esses trabalhos que estamos a fazer? Estamos a inaugurar Chelas, estamos a trabalhar em Valongo das Meadas. Isto aparece como? Aparece porque nós nos lembramos?

E já agora também gostaria de dizer que fiquei surpreendido com essa análise profunda porque depois dentro disto tudo e com esse aumento de impostos, nós baixámos a dívida em 2 Milhões de euros, em média por ano. Neste momento já baixámos mais de 2 Milhões de euros à dívida. Isto significa que se correr conforme o nosso planeamento e mantendo este rigor, em 2015, *"saímos"* (perdoem-me a expressão) do jugo que nos tem sido colocado pela gestão e bem, tenho que o dizer, do governo, que tem colocado uma linha direita aos municípios.

Em janeiro de 2014, desloquei-me a Lisboa, ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local pedindo-lhe que não fizesse uma cativação mensal de 1 Milhão e meio de Euros às receitas municipais. Já tínhamos uma cativação de 10% que é pública, mais 10% matava a nossa capacidade de responder todos os dias à Tesouraria.

E sabem qual foi a resposta do Senhor Secretário de Estado? Pegou na nossa análise e disse: *"Se continuarem em 2014 como em 2013, se continuarem com este percurso financeiro estejam descansados."*

Vamos chegar a 31 de Dezembro deste ano e mostrar que cumprimos aquilo que tinha sido o nosso compromisso do ponto de vista financeiro, não obstante ouvir dizer que não há investimento nem estratégia.

O campo desportivo surge nesta fase porque existe um *overbooking* aberto ao qual vamos concorrer para financiar o campo. Se não houver condições paciência. Mas fizemo-lo conscientemente. Aquele campo desportivo faz parte de uma estratégia de corredor que termina no Parque Império que passa pela estação e por toda aquela zona da Reginorde, porque Mirandela precisa de mais fruição.

Naturalmente que gostaria de construir um complexo desportivo e de recuperar toda aquela envolvente. Trabalharei como tenho feito até agora, para arranjar fundos comunitários para fazer esses trabalhos.

Estamos a fazer a primeira intervenção no Auditório que foi feito há quase 30 anos. Estamos lá a gastar muito dinheiro, estamos a terminar as obras que há dois anos atrás dizíamos que não iríamos fazer. A Ecoteca estará pronta no final deste mês. Estamos e continuamos a diminuir dívida. Tem sido feito com sacrifício e eu assumo-o aqui, sem problemas nenhuns.

Não obstante estes valores que eu aqui vos traduzi, quem tem sido sacrificado neste processo, digo-o sem problemas, são as Juntas de Freguesia. Digo-o com à vontade que o meu *timing*, a minha estrutura se não houver erros, é o primeiro semestre de 2015. Disse-o há dias publicamente porque foi também o *timing* que estabelecemos para este equilíbrio, para esta estruturação e certamente será essa a altura de nós conseguirmos ser competitivos.

Nem sequer vou comentar a questão dos apoios sociais. Isto é uma assembleia, vão visitar o Gabinete de Apoio à Empresa, vejam lá quantas empresas nós apoiamos, quantas empresas nós estamos a patrocinar. Vejam e depois podem falar.

Lembro-me de alguém que pensava que havia dois postos de trabalho criados no GAEE - Gabinete de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo. Quando chegou lá e afinal viu que eram 168. Vou repetir, 168 ficou surpreendido e reconheceu-o e estamos a falar de alguém da oposição - não foi o Doutor *José Morais* - foi outra pessoa que estava ao lado dele e achava que tínhamos criado dois postos de trabalho!

Do ponto de vista social, a Câmara Municipal investe 25 Mil euros todos os meses em contratos de inserção social.

Vou repetir: 25 Mil euros, isso não é apoio social? Essas pessoas, se não estivessem a receber pela Câmara Municipal e requisitadas estavam em casa no desemprego a receber grande parte delas 100 ou 200 euros do RSI (Rendimento Social de Inserção).

Agora vão ver o apoio que tem sido dado no âmbito da Rede Social e no Plano de Emergência Social. Neste aspeto, eu não recebo lições, Olhem para os documentos. Temos uma Rede a funcionar, diariamente.

Provavelmente não veem que em Mirandela temos cantinas sociais (que não tínhamos há muito tempo) e que dão apoio direto em alimentação por dia a mais de 150 pessoas! Repito, mais de 150 pessoas que recebem a sua alimentação em cantinas sociais. Nós estamos a trabalhar com um objetivo claro de estabilizar o nosso concelho do ponto de vista social.

É este o desafio que vos deixo sem polémicas e dizer-vos também que na minha opinião foi das discussões mais pacíficas que tivemos do Orçamento não obstante as críticas que aceito e senti essa vertente e também tenho que dizer, que senti nos vereadores que temos tido connosco, nomeadamente da oposição uma apetência para debater.

Nesse sentido, estivemos recentemente no GAEE para o conhecer, fomos visitar as obras, temos estado a fazer um trabalho que se calhar temos que alargar a esta Assembleia em debate de alguns assuntos que são essenciais e que estão traduzidos nas GOP, do ponto de vista de estruturação, por eixos prioritários de intervenção.

Eu faço esse desafio e espero que quando nós começarmos a lançar os debates específicos sobre esses eixos ter a participação de todos de forma frontal e honesta.

Estamos a fazer uma estruturação com base nos quatro eixos principais, os quatro objetivos e depois os eixos que temos associados a esses objetivos que estão nas GOP's e naturalmente que serão adaptados em função do que é a estratégia do governo, que é a estratégia do país, mas que é principalmente a nossa estratégia.

Vou terminar com a tal reflexão, que acho ser preciso fazer quando olhamos para um documento estratégico de uma região:

Oiço falar nas feirinhas que fazemos. Se algumas pessoas soubessem quanto gastamos nessas feirinhas em bruto, se calhar nem acreditavam. Mas a verdade é que neste momento temos quase 20 feirinhas feitas em ambiente rural trazendo a venda direta para o ambiente rural, garantindo que não é só Mirandela que tem animação mas que as aldeias e a zona rural também contribuem porque acrescentam valor às populações rurais com a venda dos seus produtos.

Temos feito muito trabalho no âmbito da dinamização agrícola. Todavia, quando falamos nisto, é sempre do estilo: *o Senhor Presidente da Câmara gosta de mandar uns bitaites sobre agricultura, há lá dois ou três que trabalham em agricultura, enfim, isto é muito romântico...*

Acho, que aqueles que gostam de falar de romantismo, hoje em dia têm o potencial de poder ter os documentos na mão. E um dos documentos, tenho que o dizer sinceramente -já o disse em público mais vezes - a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte publica uns boletins interessantes do ponto de vista regional que era bom que analisassem.

Vou dar-vos o ponto de situação do Quadro Comunitário, em Janeiro de 2014, ainda que nesta altura já tenha sido ultrapassado.

O concelho de Mirandela até este momento neste Quadro Comunitário, tem 11 Milhões de euros em investimento em jovens agricultores. Sabem qual é o concelho que vem a seguir? É o concelho mais agrícola do nosso distrito, tem 5 Milhões de euros que é Mogadouro. Vejam os valores de investimentos nos outros concelhos.

Vou repetir: 11 Milhões de euros Mogadouro vem em segundo. Vão ver os concelhos que vêm a seguir e quais são os valores. Estamos a falar de 11 Milhões de euros investidos no nosso tecido social só em projetos de jovens agricultores. Porque é que isto acontece? Porque somos competitivos! Porque temos aqui praticamente todas as sedes de Associações significativas na área agrícola! Isto porque somos um concelho dinâmico.

Na Medida 1.1 Apoio à Modernização e Capacitação das Empresas Agrícolas, os empresários agrícolas do Concelho de Mirandela receberam apoios em mais de 4 milhões de euros (e nós não somos o concelho mais agrícola do Distrito de Bragança). Sabem quanto é que recebeu o concelho que vem a seguir, que é Macedo de Cavaleiros? Cerca de 1 milhão e trezentos mil euros

As empresas de transformação do nosso concelho receberam 2 milhões e 200 mil €. Nesta Medida apenas fomos ultrapassados por Vimioso porque tem a Unidade da "Carne Mirandesa" que foi um projeto único neste Quadro. Se forem ver os números de outros concelhos do Distrito de Bragança, se calhar, vão encontrar concelhos com investimentos quase nulos.

Aos chamados pequenos investimentos, - (investimentos até 25 Mil euros), o nosso concelho conseguiu captar mais de 2 milhões e 300 mil euros. O concelho que vem a seguir é Macedo de Cavaleiros com cerca de 1 milhão de euros. Por isso, somos um concelho competitivo do ponto de vista agrícola e do industrial.

Os valores do RPU (Regime de Pagamento Único), somados aos das Agro Ambientais, representam para este concelho mais de 7 milhões de euros por ano na economia local.

E porque é que nós somos competitivos? Porque é que nós somos exemplares? Esta é a pergunta que eu vos deixo.

Muito obrigado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 33 votos a favor do PSD, 15 votos contra (8 votos do CDS/PP, 6 votos do PS e 1 voto da CDU) e 2 abstenções do CDS/PP, aprovar:

- 1 – A Proposta de Orçamento Municipal 2015 que integra o Mapa de Pessoal conforme disposto no n.º 3, do art.º 28.º do Anexo a que se refere o art.º 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- 2 – O pedido de autorização genérica para, no âmbito da gestão corrente, apoiar as freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações (*cfr.* alínea j) do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desde que em todas essas formas de apoio não seja ultrapassado o limite de 5.000,00 € durante o ano de 2015;



**3 – O pedido de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA – Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.**

**4.3– Parcelas de Terreno para Equipamentos de Utilização Coletiva: Loteamento Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda., Alvará n.º 01/2003 e 03/2002 – Desafetação do Domínio Público para Integração no Domínio Privado Municipal.**

-----Foi presente a deliberação Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada a 20 de outubro de 2014, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, das duas parcelas de terreno do loteamento Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda., no lugar dos Cordões, em Mirandela, tituladas uma pelo Alvará n.º 01/2003, com a área de 4.293,00 m<sup>2</sup> e outra pelo Alvará n.º 03/2002, com a área de 14.737,00 m<sup>2</sup>;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Ponto 4.3, Parcelas de Terreno para Equipamentos de Utilização Coletiva: Loteamento Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda., Alvará n.º 01/2003 e 03/2002 – Desafetação do Domínio Público para Integração no Domínio Privado Municipal.

Estão abertas as inscrições.

Não há nenhuma inscrição.

O Senhor Presidente pretende dar alguma informação sobre este ponto 4.3?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco** disse:

Senhor Presidente isto são questões formais, que hão-de surgir até mais algumas provavelmente aqui e na Câmara Municipal. A desafetação do domínio público para o domínio privado municipal é um processo que vai decorrendo. Normalmente as áreas de cedência são registadas no domínio público e normalmente nós vamo-las registando. É um processo totalmente contabilístico.

Naturalmente que não nos importávamos de vender o terreno, mas não deve ser fácil, porque não há mercado para isso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, das duas parcelas de terreno do loteamento Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda., no lugar dos Cordões, em Mirandela, tituladas pelo Alvará n.º 01/2003, com a área de 4.293,00 m<sup>2</sup> e outra pelo Alvará n.º 03/2002, com a área de 14.737,00 m<sup>2</sup>.**

**4.4 – Proposta de Regulamento Interno da Residência de Estudantes de Mirandela.**

-----Foi presente a deliberação Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada a 20 de outubro de 2014, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento Interno da Residência de Estudantes de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Ponto 4.4, Proposta de Regulamento Interno da Residência de Estudantes de Mirandela.

Estão abertas as inscrições.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS)** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A intervenção sobre o Regulamento da Residência, não tem a ver com a indicação de voto. Vem no seguimento do seguinte:

Estive um ano como “Diretora” da Residência de Estudantes de S. Miguel, precisamente no ano em que o Ministério da Educação decidiu passar para as autarquias a sua gestão. Sei, lembro-me muito bem que foi passado, até com um saldo bastante positivo. Mas não é sobre esses aspetos que eu quero falar.

O Regulamento em si, conheço-o, não há grandes alterações, também não quer dizer que tivesse que haver, apenas gostaria de questionar, se os problemas - a Residência de Estudantes tinha-os, porque sendo também uma instituição educativa, embora com outros fins, mas lembro-me dos principais problemas que na altura eram apontados e que eu não sei se neste momento conseguiram ser ultrapassados.

Quer o problema que está no Regulamento, o silêncio às 23 horas, era impossível pôr isso em prática, não sei se agora conseguem e se conseguem, é ótimo.

E era também a questão da interdição dos alunos residentes a terem acesso aos quartos durante o dia, nomeadamente à hora do almoço. Havia jovens que se queixavam e isto passava - eu trabalhava estreitamente com a principal escola desses alunos, a "Esproarte" - queixavam-se que não podiam ir lavar os dentes... não queria entrar muito em pormenores, mas verifiquei que esta parte no Regulamento, a interdição do acesso aos quartos, mantém-se, das 09 h. até à hora de jantar. Eu sei que é salvaguardada uma necessidade, as necessidades justificadas de acesso ao quarto e se o aluno ficar doente tem direito a ficar no quarto, eu sei disso tudo. São reparos, porque na altura também eram sentidos pela Esproarte, queixavam-se que os alunos gostariam de ter acesso aos quartos à hora de almoço, aqui não vi isto... é apenas chamar a atenção se é possível haver alguma hipótese de conciliar, supervisionando com funcionários, pelo menos algum tempo, por exemplo, para a higiene oral, ou coisa do género.

Atenção, já que o Regulamento veio à Assembleia e eu tenho conhecimento destes problemas e que na altura também não foram resolvidos e não sei se se mantêm ou se não. Penso que fui clara, dirijo-me essencialmente à Senhora Vereadora, (não sei se posso) porque sei que este assunto está nesse Pelouro.

Não é nada negativo, é apenas uma achega no sentido de, pensando nos jovens e pensando no seu bem estar e pensando até na fixação dos jovens à própria Residência, da ligação afetiva, enfim...

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta situação, nas informações gerais, sobre a documentação a apresentar:

Eu já fiz parte de uma seleção de pessoas, em que não havia Declaração de IRS do ano anterior e não havia Declaração de Rendimento anual, passado pela Entidade Patronal, porque os pais dos alunos eram proprietários, no entanto eram muito abastados e tinham na mesma os subsídios.

Não haverá uma outra hipótese de selecionar os candidatos?

É costume falar nos aspetos exteriores de riqueza, aconteceu comigo, em que pessoas que eram abastadas e com determinados subsídios. É só isto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

O Senhor Presidente quer dar alguma informação?

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito graficamente, é só dizer o seguinte:

Em relação à questão da gestão, como se recordam, este Regulamento veio aqui há coisa de um ano, se não estou em erro e se calhar terá que vir outra vez. Há uma adaptação contínua a circunstâncias de gestão, até porque também vai havendo mudanças nos alunos e na forma como eles são adaptados.

Quem acompanha efetivamente a Residência é a Vereadora *Deolinda Ricardo*, mas a verdade é que se prende com problemas, quando há esse acesso livre, provocam-se problemas de roubos e outro tipo. Então é necessário, quando há situações excecionais, eles são compensados.

Neste momento, aquilo que tem acontecido, é que do ponto de vista global, a Residência está estabilizada.

Passando à questão Senhor *Garrido*, essencialmente, para não dizer globalmente - neste momento teremos cinco alunos da época. A residência está afeta à Escola de Música, o que nos permite de alguma forma, dois tipos de gestão: a gestão da residência e à gestão escolar (o que é uma vantagem se fossem oriundos de vários sítios, era mais complicado).

No que respeita à questão dos escalões, Senhor *Garrido*: o quanto eu concordo consigo. Mas o problema que se coloca é que normalmente estes alunos vêm classificados de acordo com os escalões de apoio social, o "A", o "B" e o "C" e pagam de acordo com o "A", "B" e "C". Este caso coloca-se mais para situações excecionais que possam surgir. Mas o conceito da classificação é um Decreto-lei específico, que diz para cobrarmos o valor, pelos escalões: "A", "B" e "C".

Concordo consigo, que não haja dúvidas quanto a isso, mas é a legislação que nós seguimos mesmo nos outros apoios sociais que damos noutras.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento Interno da Residência de Estudantes de Mirandela.**



## **Outros Assuntos de Interesse para o Município**

### **5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Ponto seguinte, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro** informou:

Estão inscritos os seguintes Membros da Assembleia: *Rui Sá; Fernanda Cerqueira; Pedro Beato; Cristina Passas; Carlos Fraga; Faustino Cunha; Paulo Pinto; António Figueiredo e Paulo Pontes.*

----- **Deputada Municipal, Fernanda Cerqueira (CDS/PP)** disse:

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, Senhores Vereadores e demais elementos aqui presentes.

Muito bom dia a todos.

Ainda bem que há debate, porque nesta Assembleia fiquei muito mais esclarecida hoje, sobre o modo como se faz um Orçamento para este Município.

Claro que na votação do Orçamento podemos votar muito mais as opções políticas e é para isso que aqui estamos, do que as quantias orçamentadas, para as quais, quem não está por dentro, pouco pode opinar.

Sendo esta a última Assembleia deste ano, é um momento ideal para se fazer um balanço.

Muita coisa mudou, desde que se fala da crise. Algumas poupanças, acabámos de ouvir, da eletricidade e das telecomunicações, algumas novidades, estacionamento pago, foi uma das novidades deste ano. Boa ou não só o próximo ano poderá avaliar. Muita coisa foi feita e muito há a fazer, que não necessitarão obrigatoriamente de muito mais dinheiro, necessitarão apenas de decisões políticas diferentes.

Apostar na melhoria das acessibilidades a Mirandela e em Mirandela, parece-nos um ponto a ponderar.

No que vemos no dia-a-dia, não podemos apurar as implicações, só um estudo atento, talvez nos possa dizer um pouco mais, mas sabemos que as pessoas se mudam de local de trabalho, porque as curvas da Trindade até aqui, são complicadas.

Apostar na diversidade cultural, agora que o Auditório e o Museu estão a ser alvo de intervenções, parece-nos outra medida a acarinhar.

Apostar nas pessoas e nas gentes de Mirandela, que continuam a levar o nome de Mirandela tão longe. Veja-se o caso mais recente do *João Geraldo*, no Ténis de Mesa.

Não entendo porque se insiste, muitas vezes, em contratar pessoas de fora, quando na nossa região temos pessoas a mais baixo custo e que além do seu valor, vivem e sentem Mirandela, de modo diferente.

E assim, os votos para o próximo ano, resumem-se em apostar, implicar e valorizar as pessoas que vivem e trabalham em Mirandela, Mirandela cidade, Mirandela concelho, Mirandela freguesia.

Teremos todos a ganhar e certamente ficaremos todos, um pouco mais felizes.

Um Bom Natal e entrem com o pé certo em 2015.

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Rui Sá (PSD):**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados.

Não poderia deixar de vir, aqui, fazer uma intervenção, até porque mandei um e-mail ao Sr. Presidente da Assembleia, a dizer que achava que este espaço não era muito “digno” para acolher, instalar os Deputados Municipais. Não no verdadeiro sentido de “dignidade” isso não está em causa, nada disso! Mas porque o espaço é contíguo a outros serviços e dado as constantes entradas e as saídas de pessoas, penseis que a nossa acomodação não ser a melhor.

Enganei-me redondamente, as entradas e saídas não perturbam nada. O espaço é de facto muito bonito, é o Salão Nobre da Câmara Municipal, e tive muito gosto em ter participado nesta Assembleia Municipal.

Mas também tinha que dizer, dado terem sido feitas várias intervenções mencionando as Juntas de Freguesia, e, eu, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia, não podia deixar de dizer o que me vai na alma.

Quando os tempos são difíceis são para todos, e as Juntas de Freguesia não são exceção. Naturalmente que gostaríamos que não tivesse sido assim, mas a ter que ser, ficámos satisfeitos por ter participado neste hiato de tempo, de aproximadamente cinco anos, menos bom para a Câmara Municipal. Por todos custou menos!

O mandato anterior, quatro anos e um ano deste que já decorreu, são cinco anos de travessia no deserto das Juntas de Freguesia, pelo menos, eu, da minha, assim falo.

A Câmara Municipal pediu a boa vontade dos Presidentes das Freguesias, parece-me que assim foi entendido. O Sr. Presidente da Câmara, também já aqui referiu que o primeiro semestre de 2015 será para fazer um virar de página. Assim esperamos!

E também gostaria de dizer, que sempre me tenho batido por isto e continuarei a fazê-lo, enquanto não vir as minhas pretensões atendidas. Para as Freguesias que têm a sua população distribuída por mais do que uma aldeia, com várias anexas, tem que haver uma discriminação positiva.

No documento orientador, o Orçamento Municipal para o ano de 2015, consta que as Juntas de Freguesia poderão, em 2015, receber até cinco mil euros, pelo menos é o que aqui está. Não vou discutir se é muito, ou se é pouco, o que entendo é que deve haver um coeficiente de discriminação para as freguesias em que a população é repartida por mais do que uma aldeia.

Esta é a recomendação que eu quero deixar. Acho que é fácil e é justa!

O Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador sabem que eu coloquei esta questão ao Sr. Secretário de Estado, ainda não há muito tempo, e que o Sr. Secretário de Estado respondeu-me com a Lei 75/2013 e com os Protocolos celebrados com as Câmaras Municipais.

Nós sabemos bem, as Juntas de Freguesia não estão preparadas para avocar as competências que estão determinadas na Lei 75/2013. Ora, se não estamos preparados para avocar essas competências, também não estamos preparados para avocar os meios que poderiam ser alocados a essas competências.

Podemos não concordar com a Lei, podemos! Mas lá diz o velho ditado: “Dura Lex sed Lex”. Não concordamos com ela no todo, é verdade! Mas em parte, alguma coisa terá que ser feita.

Este é um ponto que quero deixar aqui mencionado.

No outro ponto, quero referir a Proteção Civil:

Há pouco tempo ocorreu um incêndio urbano na minha freguesia que destruiu a habitação a um agregado familiar jovem, com uma criança de nove anos e com outra de quatro. Estão despojados de habitação, não têm habitação!

Contudo, que referir que muita gente os tem ajudado, com roupas e outros bens. A Câmara Municipal, na pessoa da Sr.ª Vereadora e do Sr. Presidente, prontamente, se disponibilizou para ajudar dentro do possível, é o que tem acontecido.

Ora, então, questionar-se-ão. Porque é que eu trago aqui este tema? Pelo seguinte:

A chamada para o 112 deu-se às 03h:55m da manhã. É o registo da primeira chamada de um telemóvel, de um vizinho da casa que estava a arder, para os Bombeiros.

A chamada foi depois transferida, via Codu, e chegou à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Mirandela, minuto à frente, minuto atrás, às 04h:50m menos dez da manhã... Portanto, uma hora depois!

Ainda não fiz a averiguação do que correu bem, ou do que correu mal, tenho a minha opinião, embora não a vá aqui expor, porque enquanto não a tiver sustentada, não a quero dizer publicamente, mas certamente há alguma coisa que não funciona.

Nós estamos a ser servidos pela Corporação de Bombeiros de Torre de D. Chama, parece-me que a chamada teria ido lá bater, e, naturalmente, tentaram juntar os recursos suficientes para fazer o ataque ao incêndio, não o conseguindo passaram a chamada para cima, para que depois seja pedido o auxílio a outra corporação.

O não pode acontecer é que passe uma hora, até que o telefonema chegue à Corporação que poderá ter meios para atacar, àquela hora, um incêndio urbano.

Não ardeu o bairro todo onde a casa estava inserida porque, a população foi incansável e a Junta de Freguesia está dotada de meios de combate a incêndio, tem 200 metros de mangueira, agulhetas e material preparado para adaptação a cisternas agrícolas e assim se conseguiu segurar o incêndio. Quando chegaram os bombeiros o incêndio estava mais ou menos controlado, circunscrito à casa.

Mas fica aqui o alerta para as Autoridades, que alguma coisa tem que ser feito.

No terceiro ponto e último, vou falar de caça.

Foi apresentado um Documento estratégico pela CIM-TT – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, ao qual nos foi pedido que nos pronunciássemos e fizéssemos a nossa crítica, ou seja, dar o nosso contributo para que alguma coisa seja feita, relativamente à caça. Faço parte do Conselho Cinegético Municipal e fizemos algumas reuniões no sentido de dar o nosso contributo.

Há seis ou sete anos que, na Assembleia Municipal, disse o seguinte:

O concelho de Loulé é o concelho mais rico do país. Naturalmente, porque cobra renda daqueles empreendimentos turísticos todos, têm praia, tem turistas etc... etc... E nós que não temos praia?

À parte disso, é também o concelho do país que melhor tratava a caça, que maior receita fazia da caça e que mais condições proporcionavam aos caçadores para caçarem na sua área.

Agora pergunto, se aquele concelho é o concelho mais rico do país e advêm-lhe receitas de outras áreas, que neste caso seria o turismo, acarinha a caça, porque é que nós não o havemos de fazer.

Posso-vos dizer que no próximo dia vinte temos uma montaria e no dia 21, abrimos a caça ao tordo.

Temos 300 pessoas inscritas, nomeadamente de Braga, Terras de Bouro, Paredes de Coura, da zona do Minho em geral e tenho que vos dizer, que a minha zona de caça, só comporta 75 caçadores. Vamos mandar embora 225 caçadores, que vão deixar de pagar 10 € pela jornada de caça e toda a receita subjacente à vinda deles. Alguma coisa tem que ser feita.

Nós, Presidentes de Junta, temos que tomar uma consciencialização... Sei que é difícil afrontar aqueles dois ou três da nossa freguesia, que são caçadores e que pensam que a caça é só deles... Não! A caça não é só deles, a caça é de todos. A caça tem que ser vista como uma fonte de receita do Concelho, do Distrito e do País.

Sr. Presidente, vou terminar, desejando Boas Festas para todos.

Muito obrigado.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga (Independente PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, os eleitos do povo, subiram ao Salão da Nobreza, em pleno Palácio dos Távoras e é com nobreza que nós devemos discutir preocupações do povo que nos elegeram.

Também queria dizer que enquanto cidadão e muito jovem ainda foram referidos nomes, também eu aqui estive, na plateia do público e assisti pelo menos a uma ou duas sessões da Assembleia Municipal, sendo na altura o Senhor Presidente o nosso querido amigo *Marcelo Lago*, e a Presidente da Assembleia, salvo o erro, era a Senhora Professora *Judite Policarpo*, penso que a primeira mulher até hoje, eleita Presidente da Assembleia Municipal, após o 25 de abril. Fica também este registo.

Senhor Presidente, se me permitir, por favor, eu queria colocar e desculpe ser de improviso, queria colocar aqui um voto de felicitações, com muitos parabéns a enviar ao Senhor Dr. *Mário Soares*, pelos seus 90 anos de vida e desejando-lhe que em sete de dezembro de 2015, possa soprar mais uma vela, com saúde e lucidez suficientes, sempre na defesa dos nobres valores democráticos que lhe reconhecemos.

Quanto a outros problemas locais:

Através da Mesa, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, a situação da Capela no Cemitério Velho. Eu passei lá recentemente e aquilo ainda não está dignificado. Que me pudesse informar se vão concretizar as obras, porque de facto aquele espaço está a precisar a dignidade que aquele espaço merece.

Outra situação, tem a ver com o gás natural que ultimamente foi instalado nas traseiras dos Serviços Técnicos da Câmara e da Casa Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação. Acho que parou por ali e ali bem perto há pessoas que também desejam ter acesso ao gás natural, eu pergunto se há algum impedimento no prosseguimento, algum impedimento técnico, se as coisas vão parar, se vão avançar, queria que me informasse.

Também queria que me informasse, sobre uma conversa que tive com o Senhor Presidente, que na altura era Vice-presidente, do acesso pedonal que partiria da Estrada Nacional 15, até à Igreja de S. Bento. Na altura, o Senhor Presidente deu-me conhecimento que o projeto já estava concluído pelo Senhor Arquiteto *Carvalho*, que era preciso esperar algum tempo e ter paciência. É só para lembrar ao Senhor Presidente.

Vou terminar, desejando votos de bom Natal e um novo Ano 2015 com muita saúde e acima de tudo, com muita esperança.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão** disse:

Eu aproveitava para chamar a atenção para este ponto dos nossos trabalhos, que se chama “Outros Assuntos de Interesse para o Município” e como tal devíamos ser objetivos nesta matéria e não fazer coisas alargadas, aproveitar este tempo para questões objetivas e de verdadeiro de interesse para o Município.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Pedro Beato (PSD)** disse:

Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores. Vereadores e Senhores Membros da Assembleia.

Durante a manhã ouvi falar em algumas coisas relacionadas com o Município sendo essa razão da minha intervenção.

Uma delas foi o “Rio Tua” e depois partirei para o ponto mais importante que é o “Turismo”, isto num apontamento muito rápido.

O Rio Tua, de facto, quando nós pensamos no contexto da formação das palavras, é a continuidade do Rio Tuela. Tuela e Tua têm a mesma raiz. Tuela é o diminutivo de Tua, o que significa que Tua, cresce quando recebe águas vindas de outro rio.

Quando nós vamos para documentos antigos do Século XVIII, o rio Rabaçal, nem sempre é chamado rio rabaçal, o que significa que é um rio de monte, um rio que vem ter ao Tua.

Portanto, o rio Tuela, quando recebe as águas do rio Rabaçal, passa a chamar-se rio Tua, porque engrossa, porque cresce. Isto é um apontamento que ganha força com a história, em que “Tuela” é diminutivo de “Tua”.

Ainda, continuando no contexto da sensibilidade e do nosso concelho, eu tenho feito algumas visitas, como gosto, a aldeias, a capelas, a igrejas e nessas visitas tenho conhecido algumas pessoas que estão ligadas ao Turismo de Habitação, que me convidam para ir lá a casa e também quando chegam determinado tipo de visitas. E uma das coisas que ressalta sempre é não haver Guia Turístico.

As pessoas ficam sempre encantadas com determinadas maneiras de ver. Nós estamos aqui nesta sala, todos nós podemos falar de maneira diferente, do que está aqui. Todos nós temos a nossa sensibilidade: por exemplo, eu estou aqui entre um pinheiro de Natal e uma bandeira azul. E reparem, sei que o pinheiro de Natal é tradicionalmente uma árvore de vida de reciclagem, de renovação da vida, mas reparo que tem em cima uma estrela e a bandeira azul também tem estrelas em cima, que por acaso até são estrelas iguais e são estrelas de cinco pontas, o que quer dizer que são estrelas do advento.

Quer dizer que são estrelas da construção de um futuro melhor. Quer dizer, que quando nós pegamos num Guia Turístico, - gostava imenso de participar e de fazer para este concelho tão rico, é essa a razão porque estou aqui – até que ponto não se pode fazer uma equipa de trabalho, que faça o Guia Turístico em que tanta gente me tem falado e pedido e inclusivamente desafiado, ao nível de Turismo de Habitação, principalmente.

Porque é que nós não havemos de fazer um Guia Turístico, porque o concelho de Mirandela, tem maneiras de ser vistas, extraordinariamente interessantes e era isso que eu gostava e é esse o propósito da minha estadia aqui: é participar, provocar, desafiar uma equipa de trabalho, na qual eu gostava imenso de estar presente para fazer um Guia Turístico.

Não é fazer um Guia Turístico tradicional, mas um Guia Turístico que mexa e coloque na frente das pessoas uma leitura que tenha a ver com a nossa sensibilidade, com a nossa identidade e com a nossa história.

Desejo a todos um bom Natal e um bom Ano Novo.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, Cristina Maria Ferreira Passas (PSD)** disse:

Bom dia Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores e bom dia a todos os meus colegas.

Nota-se pelo meu papelinho que eu não vinha preparada para uma intervenção, mas no entanto, não resisto.

É incrível, como estou aqui, eleita como Presidente de Junta de Freguesia, mas nunca é nessa qualidade que eu tenho intervindo. E nunca é nessa qualidade, porque de facto a minha Junta de Freguesia está bem e recomenda-se, sempre tive a porta aberta, do Executivo, sempre que há algum problema, para o debater e para o resolver, e por esse motivo nunca tive a necessidade de trazer para aqui os nenhuns problemas.

E no entanto, tenho a nossa porta aberta duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados e se houver alguém que nos queira visitar, tirar dúvidas e perceber qual é o nosso andamento, nós estaremos lá, com muito gosto para os receber e os elucidar de todas as nossas atividades e funções.

Depois é assim: porque estamos também em dia de homenagem, peço imensa desculpa, mas eu não consigo, sem deixar a minha homenagem pessoal - pode ser que seja extensível a mais pessoas que estão aqui nesta sala - ao Doutor *Francisco Sá Carneiro*, que no dia quatro de dezembro mais um ano passou, após o seu desaparecimento.

É para mim a conduta de um homem, que politicamente sempre foi correto e que defendeu verdadeiramente aquilo em que acredito, que são os valores da democracia.

Deixo aqui a minha homenagem pública.

De seguida quero também agradecer a visita que o Executivo nos proporcionou, à Barragem Foz do Tua, que nos permitiu a nós, Executivo aos Presidentes de Junta, compreender melhor uma obra que é estruturante economicamente para o nosso território.

E deixava aqui o desafio ao Senhor Doutor *Pavão*, no sentido de saber se ele gostaria de nos organizar, tal como nos foi desafiado pelo Administrador da EDP e proporcionasse aos Senhores Deputados Municipais, uma visita àquela obra, que seria muito profícua, para nós alargarmos o entendimento que temos sobre a obra e dos benefícios que ela vai ter para nós mesmos.

Se puder fazer, nós agradecemos-lhe.

E já em jeito de conclusão, só duas coisas: foram dados os parabéns aos órgãos sociais das duas novas entidades que foram eleitas, mas eu vou acrescentar mais uma, no sentido que sou sincera, sou sócia não acompanho bem, porque se calhar felizmente não tenho motivos diretos, mas gostaria de deixar aqui uma palavra de apreço à nova forma de comunicar, que a APPACDM tem, na pessoa da Senhora *Vera*.

Exatamente, porquê? Porque eu sou sócia há muitos anos e nunca tinha recebido um e-mail, nunca tinha sido convidada para nada, nunca tinha visto que essa Associação se tivesse aproximado da sua Comunidade.

Deixo aqui, os parabéns à Senhora *Vera*.

Depois, só para finalizar e se calhar devia tê-lo feito logo no início, quero reiterar e agradecer todo o esforço financeiro, técnico e operacional que a Câmara dá ao nosso Protocolo de Cooperação Internacional, no âmbito dos alunos dos PALOPS, que estão aqui nos nossos cursos. Sem esse apoio, sem esse esforço, muitos meninos de países sub desenvolvidos poderão não ser os engenheiros e os doutores de amanhã, eles fazem muita falta e isso só é possível porque há cooperação.

Posto isto, só me resta desejar a todos um Feliz Natal.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não interviria se por acaso não tivesse plena consciência que o Executivo está a trabalhar e tem interesse em desenvolver Mirandela e como tal todas as intervenções são neste sentido, num aspeto positivo.

Raramente intervenho neste ponto, porque reconheço que a Câmara tem serviços e inspetores, quadros, vereadores, todos circulam em Mirandela e pelo menos a cidade de Mirandela conhecem-na bem e sabem das dificuldades que ela tem ou que poderá vir a ter. Mas há um ponto que me entristece e que julgo que entristece todas as pessoas que chegam a Mirandela, especialmente quando vindas de camioneta e que também não interviria se por acaso não houver verba nenhuma, mas se tiver lá uma verba, nem que seja de Mil € para depois se poder gastar mais alguma coisa, já vale a pena. É que de facto, as casas de banho do terminal rodoviário, estão uma vergonha. Se por acaso alguém necessitar de ir à casa de banho, tem que pisar papéis de jornais. Faça-se o que puder ser feito.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias do Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes* (PSD) disse:

Bom dia a todos, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Senhores. Vereadores, restantes colegas de todas as bancadas.

Eu hoje, venho aqui, numa de construção, na sequência de algumas das iniciativas que o Senhor Presidente da Câmara toma, que eu acho muito boas, do contacto direto com a população como é o caso da conversa com “O Meu Bairro”, no Facebook e noutras formas que tem, de contactar.

Venho aqui para fazer uma proposta, que não é formalizada por escrito, porque nem sequer é da competência desta Assembleia Municipal e portanto ficará ao critério do Senhor Presidente da Câmara.

Proposta essa, que é a seguinte:

“Dado que as Reuniões de Câmara são quinzenais, eu proponha ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que se calhar de 15 em 15 dias, de acordo com os seus calendários, seja feita uma Reunião da Câmara em cada uma das Freguesias.

E assim, todas as pessoas poderão ter a oportunidade de conhecer melhor a realidade de cada uma das Freguesias, quer da governação, quer da oposição. Que essa reunião seja alargada à população de cada uma das freguesias, até com a hipótese de elas poderem intervir, de uma forma organizada.

É mais um contributo que eu quero dar, no sentido de cada vez fazermos mais e melhor.”

Desejo também um Bom Natal e Boas Entradas.

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo (PSD)** disse:

Bom dia a todos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes Membros do Executivo, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

Conforme Convocatória recebida da CCDRN para a terceira Reunião da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal de Mirandela (Processo de Revisão), fui convocado para essa Terceira Reunião Plenária, em conferência de serviços para aprovação do parecer final da Comissão de Acompanhamento, previsto no n.º 4 do art.º 75-A, do Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação.

A Reunião teve lugar no dia 11 de dezembro, (ontem) pelas 10 h. 30, nas instalações da Câmara Municipal, no Salão Nobre, onde estamos a fazer a Assembleia Municipal.

Todos os Membros da Comissão de Acompanhamento presentes, deram parecer favorável, havendo alguns membros dessa mesma Comissão, dado o parecer condicionado em relação a alguns artigos da primeira Revisão do Regulamento do Plano Diretor Municipal, como por exemplo, o Ponto 3 do Art.º 12.º do n.º 7, do Ponto 1, da alínea b), da REN.

No entanto o resultado foi unanimemente favorável, até à versão final, da primeira Revisão do Plano Diretor Municipal, pela Comissão de Acompanhamento, sendo que todas estas arestas serão limadas, alinhadas, consertadas conforme as necessidades, aos vários capítulos que temos em questão.

A Câmara Municipal vai colocar à Discussão Pública já no mês de janeiro de 2015, para depois elaborar um Relatório de Ponderação, devidamente circunstanciado, das várias reclamações que possam existir ou não, havendo também um parecer final da CCDRN.

A Discussão Pública pode ser de 30 dias úteis, ou 30 dias corridos, desde que o Município disponha em vários locais do concelho de Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela. Todo o processo terá que estar concluído em consonância com o Decreto-lei n.º 31/2014, de 29 de maio, da Lei dos Solos, até 29 de junho, o período transitório.

Neste sentido, pedia ao Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, a convocação de uma reunião informal, com todos os Grupos Parlamentares e aos Presidentes de Junta, para se fazer um ponto da situação da Primeira Revisão do Regulamento do Plano Diretor Municipal, quando o mesmo estiver em Discussão Pública, para que esse Processo seja aberto e participado, isento e responsável.

A Câmara Municipal, pela mão do Senhor Presidente, resolveu um sério e grave problema para todo o Município de Mirandela.

Por tudo isto, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais, apela-se então à necessária reforma do Planeamento, a partir de uma maior operacionalidade do sistema, de uma maior coordenação intermunicipal e territorial. Aqui, torno a falar mais uma vez do PDM (Plano Diretor Municipal), que este Plano é imprescindível para o bom funcionamento da cidade que queremos construir.

Neste contexto, qualquer câmara deverá ter em conta estes condicionalismos para a nova questão urbanística, do espaço a criar, uma nova política urbana para a cidade e para o concelho, que todos queremos com novos mecanismos de estruturação, com os seus equipamentos e serviços, mas baseados em critérios de sustentabilidade para então se poder fazer modificação e compatibilidade de toda a cidade, de todo o concelho, criando-se assim um concelho para todos os mirandenses, um concelho que todos nós queremos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Marcelo Lago (PSD)** disse:

Senhor Presidente e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Executivo, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, para todos um Bom Natal e um Próspero Ano Novo.

Permitam-me e peço desculpa por lhes roubar mais um minuto, para esclarecer e tirar algumas dúvidas, que algumas pessoas menos esclarecidas, poderão ter ficado com uma ideia diferente da realidade do que se passa com os Bombeiros, isto quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas.

De facto, ocorreu e ocorre com muita frequência, incêndios no meio rural, como na cidade e o meio rural, neste caso concreto “Vale de Gouvinhas” está ligado a Torre de D. Chama, é da responsabilidade dos Bombeiros de Torre de D. Chama. Está dividido por áreas e Vale de Gouvinhas está integrada nos Bombeiros de Torre de D. Chama.

É verdade o que disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Torre de D. Chama não conseguiu arranjar bombeiros para acorrerem ao incêndio a Vale de Gouvinhas e passado cerca de uma hora, ligaram para Mirandela, via Codis, para ver se podíamos conseguir deslocar-nos a Vale de Gouvinhas.

Quero dizer e quero informar que Mirandela tem estado de parabéns, inclusive a própria Câmara Municipal sabe disso, tem estado descansada, porque os Bombeiros de Mirandela têm dado resposta, não só às situações que se passam em Mirandela, mas por um lado infelizmente, por outro lado, felizmente, que Mirandela tem ocorrido, sobretudo em emergências em Valpaços, em Vila Flor, mas principalmente a estes dois concelhos, mas Valpaços, praticamente todos os dias. E felizmente temos dado essa resposta, com algum sacrifício, com muitos custos, com alguma responsabilidade também, de fazer e de tentarmos cumprir e fazer o melhor possível, mas felizmente, até ao dia de hoje, temos dado resposta.

E quero dizer, que no caso concreto do incêndio de Vale de Gouvinhas, os Bombeiros de Mirandela receberam uma chamada cerca de uma hora depois e conseguiram chegar primeiro a Vale de Gouvinhas. Os Bombeiros de Mirandela, ainda chegaram uns minutos primeiro do que os Bombeiros da Torre de D. Chama.

É claro que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia deixou entre linhas, alguma situação de preocupação e é de facto uma situação que existe no concelho de Mirandela.

Eu acho, que não só a Câmara Municipal, mas também a Autoridade Nacional de Proteção Civil, assim como o próprio INEM, têm que tomar uma atitude quanto a esta situação que se vive em Mirandela e infelizmente noutros concelhos do país.



Mas nós estamos em Mirandela e é em Mirandela que nos preocupa e é Mirandela que no nosso caso concreto que temos que dar resposta.

Penso que os Bombeiros Voluntários de Mirandela estão de parabéns, o próprio Município tem consciência disso, que tem a Proteção Civil a que diz respeito a área dos Bombeiros, assegurada, no dia-a-dia, 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Muito obrigado e Boas Festas para todos.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação ao *Rui Sá*, gostava de lhe dizer que a travessia do deserto deve ter sido por Valbom Pitez porque foi pavimentado muito recentemente e ainda estamos a pagar. Claro que aquilo são cubos e se calhar a areia pode dar a ideia de um deserto, mas o difícil é pagar não é só mandar fazer. Foi feito há cinco anos (sem fundos comunitários) e ainda está por pagar.

Quando atravessamos o deserto temos que olhar para o fundo do deserto, não é só apontar as coisas que são negativas. Se eu tivesse obras dessas em todas as aldeias tinha aí muita gente calada.

Sobre a Proteção Civil, também temos que pegar nas coisas pelo positivo e pelo negativo. Infelizmente, recentemente tivemos uma fatalidade. Como sabem, caiu uma avioneta onde estava um jovem que é o nosso diretor do aeródromo. Quando cheguei lá, já lá estava uma ambulância com suporte de vida e um médico que é do INEM e uma ambulância dos Bombeiros de Mirandela, com suporte de vida e um enfermeiro qualificado. Passado meia hora pousou um helicóptero que levou o *Jorge Branco* a Bragança para poder ser tratado das mazelas que tinha.

Às vezes há coisas positivas outras vezes negativas, cumpre-nos a nós ser equilibrados.

Quanto à caça, dizer que a CIM-TT está a terminar um documento que pressupõe um investimento de 2 Milhões e Meio euros sensivelmente, que será para intervir dentro das nossas limitações legislativas. - Atenção à questão das limitações legislativas na área da caça, que é sem dúvida estratégica e fundamental para o nosso concelho e está identificada também estrategicamente como algo a valorizar no nosso concelho.

Dizer ao Senhor *Carlos Fraga* que os trabalhos no Cemitério são feitos por administração direta. Mesmo os de baixo onde pusemos as casas de banho e recuperámos tudo o que lá está feito, foi pelo nosso pessoal.

Pensamos que na Primavera, havendo disponibilidade, tratamos da capela. Vamos fazendo conforme a nossa disponibilidade.

Em relação ao gás natural, como sabe, também tivemos muitos problemas aqui para fazer esta intervenção porque toda esta área é intervencionada pela Direção Geral de Cultura. Cada vez que fazemos uma intervenção é preciso uma autorização, é preciso um acompanhamento. Já está previsto mas ainda não temos uma data. É como aqui em frente ao Palácio: no dia em que tivermos autorização, avançamos e quando tivermos autorização lá em baixo, avançamos também porque isso é feito em conjunto. Não está parado, está a aguardar o mesmo procedimento.

Dizer também que o acesso pedonal, prioritariamente iremos tratar dos passeios e pensaremos no projeto depois.

Ao Professor *Pedro Beato*, dizer-lhe que sem dúvida contamos com a disponibilidade dele para nos ajudar nos Guias Turísticos. Aliás, estamos a elaborar um conjunto de documentos novos e nesse sentido, certamente iremos garantir que esses elementos terão a contribuição de todas as áreas turísticas e da maneira que seja possível.

Responder à *Cristina Passas*, que a questão da visita, a Câmara poderá fornecer o transporte porque existe uma estrutura montada. Da minha parte tenho toda a disponibilidade, julgo que Abambres já está a organizar uma visita de um grupo de pessoas de Abambres e connosco também.

Ao Doutor. *Faustino*, só posso dizer que estou de acordo. Tenho que reconhecer que é verdade estamos a tratar disso, mas há um problema de gestão, não é só um problema de manutenção que temos de tratar.

Dizer ao Senhor Presidente do Agrupamento de Juntas *Paulo Pontes*, que temos efetivamente alterado as Reuniões de Câmara que temos vindo a fazer algumas descentradas e já as fizemos em vários locais e é esse o nosso objetivo.

Criámos também um programa, - chamo a atenção que em anexo das GOP's vão os Planos das diversas Unidades Operacionais. Isto não era normal, mas enviámos o Planeamento de praticamente todas as unidades e nomeadamente o Planeamento da área da cidadania onde está a iniciativa "O Meu Bairro", a iniciativa "Diálogos Abertos" quando eu abro ao público.

Vai agora uma iniciativa nova que se calhar ainda não tiveram a oportunidade de ver. Vai lá um Calendário que se chama "A Minha Aldeia", em que o Executivo irá ouvir as pessoas da aldeia e que estamos a fazer uma vez por mês.

Só existe um problema que levanto aqui que poderemos depois pensar com os Srs. Senhores Presidentes de Junta: as Reuniões são normalmente feitas ao dia de semana e corremos o risco de algumas pessoas não poderem estar presentes e participar.

O Executivo está disponível para isso. É algo que podemos fazer cruzando com "A Minha Aldeia" e cruzando com "O Meu bairro". Podemos arranjar uma maneira de fazer visitas formais com todo o Executivo às aldeias estruturadas.

Nesse sentido, chamava também a atenção que a Câmara Municipal tem realizado um conjunto de iniciativas, neste momento mais na cidade. Por exemplo "O Meu Bairro", não é necessariamente só participado pela Vereação. Incentivamos à sua participação. A Junta de Freguesia de Mirandela está sempre presente, os Senhores. Vereadores da Oposição também. Principalmente o Senhor Vereador *José Morais* está praticamente sempre presente.

Amanhã essa iniciativa vai ser no Bairro do Fundo de Fomento. Está a população e às vezes é bom que estejam pessoas que são da Assembleia. A Senhora Deputada *Manuela Gândara* esteve no bairro dela. Seria bom que os Senhores Deputados Municipais também participassem nos seus bairros, contribuindo para a melhoria porque é isso que temos estado a fazer.

Finalmente o PDM vai a discussão pública, acho que é importante entender este momento. Tem havido um esforço inaudito para conseguir que estes documentos estejam prontos. Primeiro tivemos uma mudança legislativa que teve a ver com a RAN (Reserva Agrícola Nacional) e se não tivéssemos resolvido o problema no ano passado, íamos adiar uma vez mais a alteração da RAN. E

agora temos outro problema. Temos que aprovar o PDM até ao princípio do Verão, porque com a nova Lei dos Solos vamos andar mais três anos a alterar o PDM. Atenção!

Penso que o mês de janeiro pode ser um mês interessante para debatermos esta questão importante. O executivo está totalmente disponível para esta discussão.

O tempo de debate serão os 30 dias úteis para garantir mais tempo. Isto é, se forem 30 dias seguidos, será um mês. Não vamos arriscar. Vamos fazer 30 dias úteis, que será sensivelmente um mês e meio.

A minha sugestão vai no sentido de os Senhores Presidentes de Junta em relação às suas freguesias, agendarmos depois reuniões com a nossa equipa para explicar o que aconteceu e que não aconteceu para ficarem com dúvidas e depois fazer esses debates.

Acho muito bem que se façam esses debates, acho muito bem a sugestão que foi feita aqui pelo Senhor Deputado *António Figueiredo*, no sentido de fazer um debate informal desta Assembleia, analisando os documentos, digo-vos isto com sinceridade. É um documento complexo - não é fácil analisar este tipo de documentos numa primeira análise pegando apenas nas plantas e dizendo: *está isto resolvido*.

Hoje temos outra vantagem. É o facto de os documentos estarem todos em suporte informático sendo mais fácil de responder.

É um Documento essencial e estratégico para o nosso concelho. Andamos nisto há quase 14 anos para o alterar. Vem resolver algumas questões. Há outras que se mantêm. É a altura de todos nos envolvermos neste processo e neste projeto. A versão final será aprovada por esta Assembleia. A Câmara pode propor - o ideal seria que quando viéssemos para cá para a aprovação do nosso PDM, apenas tivéssemos um aplauso para dar porque já tínhamos feito tudo no debate anteriormente. Eu pedia-lhes que se motivassem para este debate e principalmente que nos pedissem para apoiarmos.

O Senhor Deputado Municipal *Marcelo Lago*, disse aqui uma coisa que não pode ser mais verdade. É o facto de eu estar muito descansado com o Sistema de Proteção Civil que tenho por detrás de mim *-também descarrego um pouco no Vereador da Proteção Civil*. Sinto-me muito seguro com o Sistema de Proteção Civil e com o apoio que tem dos Bombeiros, até em situações que não têm nada a ver com a função dos Bombeiros.

Se houver um problema de interrupção de estradas, se houver seja o problema que for, a primeira reação no terreno, para lá daquilo que nós consideramos a emergência, são os Bombeiros de Mirandela. São um parceiro fundamental da Câmara Municipal - mas nunca gostei de dizer isto desta forma. É que um parceiro pode ser em várias dimensões. Mas neste caso são um elemento fundamental daquilo que hoje em dia Mirandela tem como sistema de segurança. E a verdade é que isto é um esforço inaudito e também julgo que tem que ser reconhecido o trabalho que tem sido feito.

Nunca é demais agradecer o trabalho que se faz hoje em dia na Associação. Digo isto à Direção e também aos homens e às mulheres que ali trabalham e que têm uma disponibilidade fora de série. Às dificuldades que existem em termos de estruturação, essas irão para outra altura. A verdade é que existe um problema de estruturação técnica entre a Torre de D. Chama e Mirandela que teremos que trabalhar a breve prazo. Este é um assunto que nos preocupa bastante.

Não posso terminar, sem lembrar que teremos no dia 21 a “Feira da Couve em Carvalhais”. Seria bom que estivessem presentes, nem que seja para dar um abraço ao amigo *Jacob*. Teremos também este ano, pela primeira vez, a “Feira dos Reis” em Vale de Salgueiro.

Vamos fazendo estas feirinhas porque achamos que são importantes para dinamizar a economia local, como tal, teremos no dia 04 a “Festa dos Reis” em Vale de Salgueiro, que normalmente é no dia 05 e 06 de janeiro. Aquela festa mais conhecida do “Rei”, essa continuará a ser uma festa da aldeia, mas no dia 04 a Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro irá promover uma feira com apoio da Câmara Municipal, com algumas atividades. Seria bom também, associarmo-nos todos a estas feiras.

Durante o mês de janeiro, teremos os “Sabores do Azeite Novo” com inúmeras atividades a serem promovidas praticamente de forma diária: Seminários; Workshops; vários cursos; dinamização de passeios etc. No final do mês, mais uma vez, iremos ter a feira alheira na Alfândega do Porto levando o nosso produto onde é mais importante.

Nesse mês, ainda promoveremos a “Feira do Tordo” em Mascarenhas. Apoiaremos a “Feira do Tordo” um evento cinegético de referência no princípio de março; iremos fazer, mais uma vez, a “Feira da Alheira” em Mirandela, garantindo a presença da TVI para nos dar a justa divulgação.

São dois meses importantes para nós. São dois meses em que vamos divulgando o que é o nosso território. Mas era bom e eu reafirmo, que os Membros da Assembleia participassem, dessem a sua solidariedade, aparecessem nos eventos, porque há muito a ver e a fazer.

Como estamos no Natal, é uma altura de festa. Teremos também algumas atividades e animação.

Convido-os para no final da Assembleia comermos um bocadinho de Bolo-rei e bebermos um vinho do Porto. Pelos vistos não está estragado, porque o Senhor Deputado *Dinis Veiga* já teve oportunidade de o provar. Mandamos como mensagem aquilo que temos mais precioso, a alguns de vocês. É insignificante, mas gostava que levassem uma garrafa de “Azeite da Câmara”. É simbólico e o “Azeite da Câmara” de Mirandela é o azeite de todos nós.

Termino, desejando a todos um bom Natal e um excelente Ano Novo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Quero dizer que não posso dispensar-me de reiterar as palavras do Senhor Presidente no que respeita ao PDM – Plano Diretor Municipal, que é um episódio da vida autárquica, muito importante e que eu recomendo a sua análise para depois o podermos votar.

Perdoem-me fazer esta chamada de atenção, mas é para que todos tenhamos as nossas corresponsabilidades num dos episódios autárquicos, provavelmente dos mais importantes, que é o PDM – Plano Diretor Municipal que vai ser o guião.

Quereria responder à pergunta da Senhora Presidente da Junta de Freguesia *Cristina Passas*, porque ma dirigiu diretamente, sobre a questão da visita á Barragem do Tua.

Quando o Senhor Dr. *João Luís Teixeira*, ex-Presidente da Câmara de Murça, me contactou telefonicamente para o efeito, fê-lo num plano pessoal. Tão pessoal que eu lhe perguntei em que estatuto e em que condições me estava a convidar, se era funcionário, se era remunerado, porque a nossa relação de amizade que é recíproca e de respeito, permitia isso.

O que eu entendi e lhe disse, é que se há um convite a este órgão autárquico, ele devia ser formalizado através de um meio habitual, um e-mail, uma carta, fosse o que fosse, para eu poder transmitir à Assembleia como transmiti telegraficamente na ata anterior como poderão ver.

A mim, o que me parece é que nas condições em que foi proposta a visita, parecia-me mais uma, quase necessidade de o investidor ter a presença dos Senhores Deputados de Mirandela. Tanto que eu perguntei? E meios de transporte? E o almoço?

E às minhas perguntas, o que me foi respondido não foi elucidativo.

Eu aqui serei muito cauto, mas se nós repararmos para o panorama dos autarcas que neste momento estão a trabalhar para a EDP, nós poderemos ter que pensar. Cada um fará o seu juízo.

Se o convite chegar formalizado, eu transmiti-lo-ei como é meu dever e obrigação a esta Assembleia. E a Assembleia, através dos seus Grupos Municipais ou da sua Comissão Permanente, vai decidir sobre isso e eu terei muito prazer e cada um decidirá por si.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga (Independente PS)* disse:

Na minha última intervenção, penso que fui claro, o voto de felicitações que pedi a Vossa Excelência para me permitir colocar, era para a Assembleia o votar ou o reprovar o voto de felicitações pelos 90 anos do Dr. *Mário Soares*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Nós, sob o ponto de vista regimental, vamos votar a aceitação da Proposta do Senhor Deputado *Carlos Fraga*.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro* informou:

O resultado da votação da aceitação da Proposta do Senhor *Carlos Fraga*, foi o seguinte:

Votos contra, 43

Abstenções, 2

Votos a Favor, 7

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, recusar a aceitação da Proposta do Senhor Deputado *Carlos Fraga*.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto n.º 6, que é o Público, que merece o nosso respeito, para perguntar aos Senhores Municípes se está alguém presente que queira usar da palavra?

Como a Mesa não regista ninguém, dá por terminados estes trabalhos e endereça a todos os nossos votos de Boas Festas.

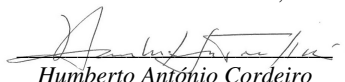
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor O Senhor Presidente e pelos O Senhor Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 13 horas e 30 minutos.

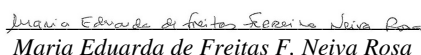
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

  
*José Manuel Lemos Pavão*

O Primeiro Secretário;

  
*Humberto António Cordeiro*

A Segunda Secretária;

  
*Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa*